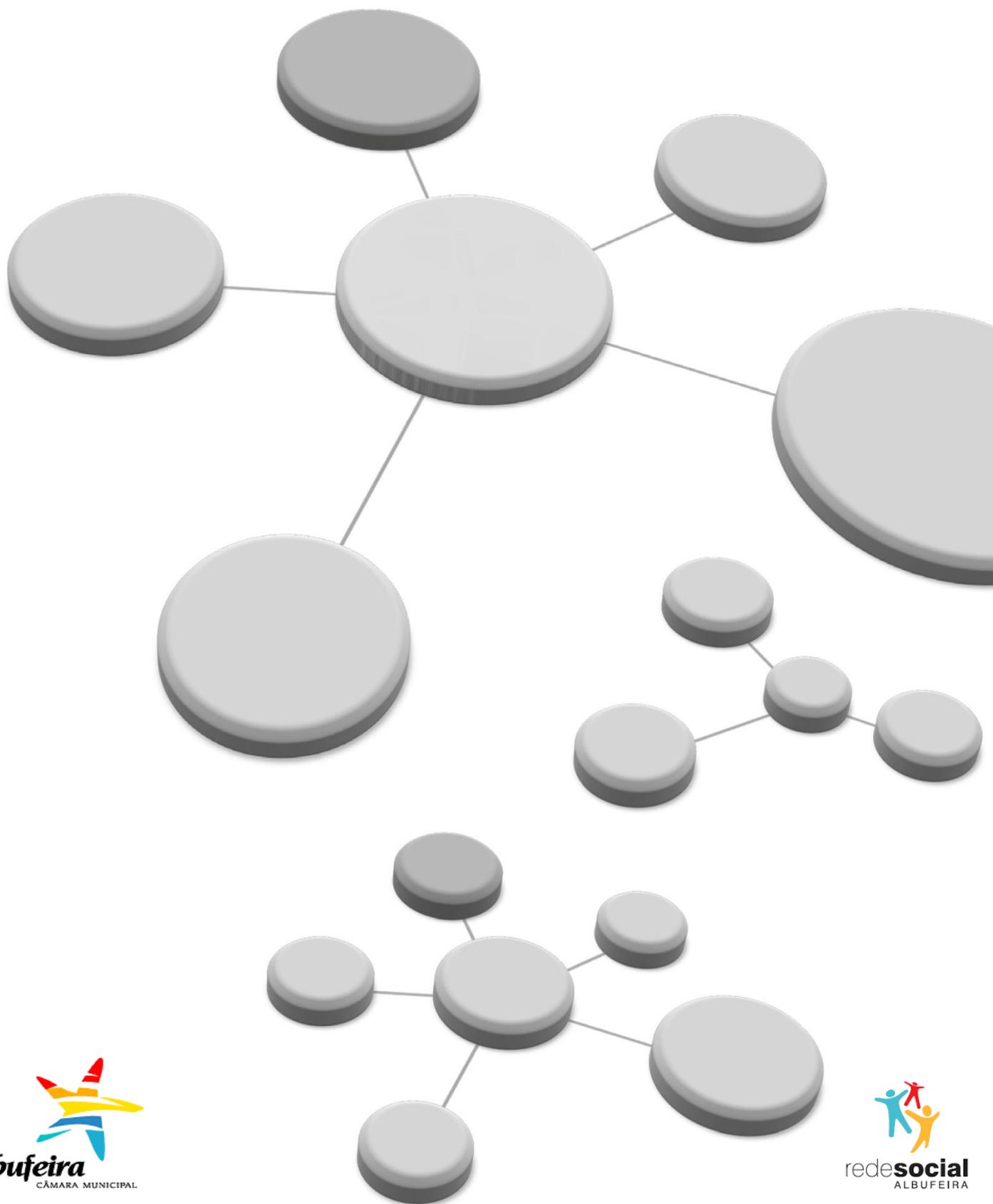


Albufeira

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

2017|2021



Mensagem do Presidente

A Rede Social de Albufeira é algo de que todos nos devemos orgulhar pelo contributo inestimável para o bem comum e para o desenvolvimento social deste concelho. Albufeira tem hoje um conjunto de respostas e equipamentos sociais que cumprem, com elevada qualidade, a sua missão de promover o apoio aos grupos socialmente mais vulneráveis, respondendo às situações de crise e de fragilidade de indivíduos e famílias deste concelho, assegurando a todos a oportunidade de integração e inclusão social.

Novos desafios e novas necessidades, de uma sociedade em rápida mudança, exigem novas ferramentas de ação e instrumentos atualizados que ajudem a rede de instituições sociais a prosseguir caminhos de inovação e novos horizontes para o desenvolvimento social de um concelho em que todos possam encontrar o seu lugar e o seu futuro de bem-estar.

O Plano de Desenvolvimento Social que agora está disponível, é um importante e imprescindível contributo para dotar o concelho de Albufeira de um instrumento orientador e definidor de opções estratégicas para o futuro que queremos construir e que nos distinga como um concelho que afirma, sem equívocos, a sua prioridade social.

Para a concretização das propostas e projetos já identificados e outros que advirão, contamos com o esforço e a dedicação de todas as instituições sociais, dos serviços públicos, da autarquia, dos seus dirigentes e técnicos, na construção de um novo patamar de desenvolvimento social no concelho, assumindo novos e complexos desafios com a atitude de exigência, rigor e qualidade que é a nossa marca distintiva.

A todos um muito obrigado e, mais uma vez, contamos convosco.

Presidente

Ficha Técnica

Presidente do CLAS: Carlos Silva e Sousa

Elementos representantes do Núcleo Executivo:

Ana Vidigal – Município de Albufeira

Carmen Roque/Sónia Nobre – Instituto de Segurança Social I.P. – Centro Distrital de Faro

Joana Oliveira – Fundação António Silva Leal

Juliana Santiago/Daniela Inês – Associação de Apoio à Pessoa Excecional do Algarve

Patrícia Seromenho/Letícia Quintal – Santa Casa da Misericórdia de Albufeira

Maria Esteves – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares-Direção de Serviços da Região Algarve

Sílvia Correia – Agrupamento Centros de Saúde (ACES) do Algarve I Central

Solange Domingos – Associação Humanitária Solidariedade de Albufeira

Telma Balbino – Instituto do Emprego e Formação Profissional IP

Consultoria: António Batista

Apoio técnico: Ana Rita Rodrigues

Sumário Executivo

A visão de futuro para o concelho de Albufeira deverá determinar as opções de desenvolvimento social. Estas opções estão associadas ao posicionamento do concelho no contexto regional e nacional em que se insere e procura afirmar aí os seus fatores diferenciadores e competitivos.

Albufeira deverá afirmar-se como um território de inovação, associando a dinâmica social e institucional, instalada no terreno que garante a rede básica de recursos e respostas sociais, ao desenvolvimento de competências críticas de empregabilidade da qualificação do seu capital humano, de sucesso escolar, ferramentas chave da inclusão, assumido como responsabilidade política coletiva do território, num clima de bem-estar social, coesão e participação empenhada da comunidade.

A ligação ativadora destes fatores define e desenha a estratégia inclusa do Plano de Desenvolvimento Social de Albufeira (PDS).

No PDS são propostas áreas prioritárias de intervenção, integradas em cada uma destas dimensões da estratégia inclusiva.

A dimensão da empregabilidade, ligada à competitividade da base económica do concelho, procura despoletar capacidade criativa e o empreendedorismo qualificado que sirva de recurso e apoio à inovação do tecido empresarial, tentando minimizar o estrangulamento da sazonalidade e da precariedade dos vínculos laborais que esta situação gera. A empregabilidade, através de fórmulas inovadoras e projetos criativos, também como ferramenta chave de inclusão dos grupos mais vulneráveis como a população com deficiência, os jovens que não estudam nem trabalham (NEET) e os desempregados de longa duração (DLD's), algumas das problemáticas sociais mais complexas e geradoras de exclusão.

Qualquer intervenção socialmente inclusiva não poderá deixar de se refletir na economia do concelho e os empresários são, também eles, parceiros chave deste processo e desta estratégia.

A parentalidade positiva é outra das dimensões críticas do desenvolvimento social e não poderá estar dissociada da relação com a redução e eliminação do risco para as crianças e jovens do concelho e, também, do seu sucesso escolar e educativo. O exercício da parentalidade positiva está, igualmente, interligada com os recursos, as competências e as capacidades disponíveis para as famílias do concelho. No PDS procurou-se dimensionar a intervenção integrada nas famílias, não corretiva ou assistencial mas sim como suporte no apoio ao desenvolvimento e capacitação global para que se instituam como atores principais do futuro do concelho.

Este paradigma de futuro inclusivo não será possível sem a mobilização da comunidade em processos de participação ativa e de responsabilidade coletiva.

Esta capacidade de mobilização da cidadania, cuja marca diferenciadora Albufeira já demonstrou em diversas circunstâncias, é essencial na criação do clima de abertura à diferença e modernidade cosmopolita de um concelho globalizado e intercultural.

Para concretizar a estratégia inclusiva, no PDS, são propostos projetos e intervenções prioritárias que poderão ser instrumentos úteis e operacionais para os parceiros da rede e orientadores para futuras candidaturas e projetos a apoiar.

No PDS são também inventariadas as necessidades e propostas de equipamentos e de respostas sociais. Este mapeamento é a afirmação do concelho, das suas propostas e da visão e inovação social que elas contêm.

O concelho de Albufeira detém uma boa cobertura em quase todas as áreas de respostas sociais.

A próxima etapa será responder às novas necessidades sociais e especificidades que se manifestam através de respostas tecnicamente mais especializadas e, sobretudo, mais próximas e interligadas com setores como a saúde, a educação, a cultura e o emprego.

Este ponto é abordado na Carta de respostas e equipamentos sociais de Albufeira que procura formular as propostas dos parceiros e do território, num quadro de concertação e de racionalidade que procura apoiar a negociação de futuros recursos, neste domínio, para o concelho.

Percurso Metodológico

Um Plano de Desenvolvimento Social (PDS) é um instrumento de definição conjunta e negociada de objetivos prioritários para a promoção do Desenvolvimento Social local, traçando o retrato de uma situação social desejável, mas também realista nos Concelhos e freguesias onde vai ser implementado, incluindo uma programação das etapas e das estratégias a desenvolver para alcançar essa situação, sendo um instrumento que orienta as respostas às necessidades individuais e colectivas. O seu objectivo é servir de enquadramento a todas as intervenções para a promoção do desenvolvimento social.

A elaboração do Plano de Desenvolvimento Social, bem como o Plano de Ação assumem uma importante centralidade na aprovação de operações cofinanciadas pelo Portugal 2020;

O PDS de Albufeira resulta da abordagem efetuada ao planeamento participado. Foram realizados workshops participativos com a utilização da técnica “Metaplan” (técnica destinada a promover o envolvimento das pessoas nas discussões, esclarecer dúvidas, gerenciar conflitos e levar um grupo a alcançar, de forma consistente, os objetivos propostos para discussão) que orientou a visualização de resultados.

O processo foi construído em conjunto com o Núcleo Executivo (NE) da Rede Social (RS) que direcionou as prioridades a concretizar no plano.

O NE identificou as necessidades de aprofundamento e promoveu a realização de sessões temáticas nos âmbitos: da “Terceira Idade e Demências Mentais”, “Saúde/Saúde Mental” e “Educação e Juventude” e contou com a presença de responsáveis institucionais e de parceiros relevantes no processo.

Foi também realizado um questionário às instituições com o objetivo de identificar problemas e necessidades sociais prioritárias e de criar as bases de concretização da Carta Social do concelho de Albufeira, onde são elencadas as respostas existentes e as ainda necessárias, tendo em conta o programa PT 2020.

Foi realizada a análise da documentação disponível, nomeadamente dos documentos de estratégia para a região do Algarve.

Importa referir que o PDS é um instrumento dinâmico que deve ter em conta os vários contextos de espaço e de tempo do concelho, em que os fenómenos económico-sociais acontecem e se desenvolvem, tonando-o num documento aberto e susceptível de adaptações e contextualizações, ao longo da sua vigência.

Índice

Índice de Figuras	8
Siglas e Acrónimos	10
1. Estratégia de Desenvolvimento Inclusivo Albufeira	12
1.1. Diagnóstico Estratégico dos Fatores de Inclusão	12
1.2. Referencial Estratégico do Desenvolvimento Social do Concelho.....	14
1.3. Domínios de Concretização da Estratégia Inclusiva	17
2. Estratégias Integradas	18
2.1. Oportunidades Diferenciadas para a Qualidade do Sucesso Escolar	19
2.1.1. Eixo de Intervenção - Mobilização e Qualificação dos Recursos da Comunidade	20
2.1.2. Eixo de Intervenção - Formação e Desenvolvimento de Ferramentas Educativas para Necessidades Diferenciadas.....	24
2.1.3. Eixo de Intervenção - Rede Colaborativa para a Partilha de Conhecimento	26
2.1.4. Eixo de Intervenção - Observatório de Recursos para o Sucesso Escolar em Albufeira	29
2.2. Qualificação e Empregabilidade	32
2.2.1. Eixo de Intervenção - Empreendedorismo Qualificado	36
2.2.2. Eixo de Intervenção - Empregabilidade para Pessoas com Deficiência e Desempregados de Longa Duração.....	38
2.2.3. Eixo de Intervenção - Qualificações e Escolarização de Jovens em Risco de Exclusão e NEE	40
2.3. Cidadania e Comunidade Inclusiva	43
2.3.1. Eixo de Intervenção - Bem-estar Social e Cidadania Ativa.....	44
2.3.2. Eixo de Intervenção - Resposta à Vulnerabilidade Social	46
2.3.3. Eixo de Intervenção - Valorização da Diversidade Cultural e Cidadania Responsável	52
3. Carta de Equipamentos e Respostas Sociais de Albufeira	55
3.1. Caracterização da Rede.....	55
3.2. Plano de Formação Institucional	69
3.3. Sustentabilidade Financeira	70
3.4. Mapeamento das Respostas Prioritárias em Albufeira.....	71
3.5. Projetos Estrela	74
3.5.1. Bolsa de Projetos da Carta de Equipamentos e Respostas sociais de Albufeira	75
Anexo 1. Bibliografia.....	91
Anexo 2. Sessões de Trabalho de Diagnóstico Participado.....	92

Índice de Figuras

Quadro 1. Visão Estratégica	15
Quadro 2. Desafios Estratégicos	16
Tabela 1. Síntese das Áreas/Eixos e Projetos do PDS	18
Tabela 2. Agenda de Prioridades Estratégicas	20
Tabela 3. Projeto Espaço Comunitário - Centro de Recursos para a Integração Escola, Família e Comunidade	22
Tabela 4. Ficha de Ações do Projeto	23
Tabela 5. Projeto Ensinar a Aprender	25
Tabela 6. Ficha de Ações do Projeto	26
Tabela 7. Projeto Rede Colaborativa para o Sucesso Escolar em Albufeira	28
Tabela 8. Ficha de Ações do Projeto	29
Tabela 9. Projeto Observatório do Sucesso Escolar em Albufeira	30
Tabela 10. Ficha de Ações do Projeto	31
Gráfico 1. Representação do N.º de Desempregados inscritos no concelho de Albufeira, tendo em conta o seu Grupo Etário.	33
Gráfico 2. Representação do N.º de Desempregados inscritos no concelho de Albufeira, tendo em conta o Nível de Escolarização.	34
Tabela 11. Agenda de Prioridades Estratégicas.....	35
Tabela 12. Projeto Incubadora de Projetos Empreendedores de Inovação no Turismo	37
Tabela 13. Ficha de Ações do Projeto	38
Tabela 14. Projeto Oficina de Inserção Profissional de pessoas com Deficiência	39
Tabela 15. Ficha de Ações do Projeto	40
Tabela 16. Projeto Passaporte das Profissões - Orientação e motivação em contexto profissional prático para jovens em risco.....	41
Tabela 17. Ficha de Ações do Projeto	42
Tabela 18. Agenda de Prioridades Estratégicas.....	44
Tabela 19. Projeto Ativação da Participação Jovens e Idosos.....	45
Tabela 20. Ficha de Ações do Projeto	46
Tabela 21. Projeto Rede de Resposta à Emergência Social.....	51
Tabela 22. Ficha de Ações do Projeto	51
Tabela 23. Projeto Academia Intercultural de Albufeira - Mentas ativas - Valores positivos	53
Tabela 24. Ficha de Ações do Projeto	54
Tabela 25. Creche	56
Tabela 26. Estabelecimento de Educação Pré-escolar	56
Tabela 27. Estabelecimento de Ensino Básico e Secundário.....	57
Tabela 28. Centro de Apoio Familiar e Acolhimento Parental – CAFAP/Centro de Atend. e Acompanhamento Psicossocial.....	59
Tabela 29. Casas de Acolhimento de Infância e Juventude	59
Tabela 30. Intervenção Precoce	630
Tabela 31. Algarve_Unidade de Longa Duração e Manutenção.....	61
Tabela 32. Atendimento, avaliação, acompanhamento da Pessoa com Deficiência	651
Tabela 33. Transporte de Pessoas com Deficiência.....	61
Tabela 34. Lar Residencial para Pessoas com Deficiência	62
Tabela 35. Algarve_Unidade de Vida Apoiada/Forúm Sócio-Ocupacional.....	63

Tabela 36. Centro de Dia	63
Tabela 37. Estrutura Residencial para Idosos (ERPI)	614
Tabela 38. Serviço de Apoio Domiciliário – SAD.....	64
Tabela 39. Ajuda Alimentar	615
Tabela 40. Refeitório/Cantina Social.....	605
Tabela 41. Atendimento/Acompanhamento Social e Intervenção Social	626
Tabela 42. Acolhimento/Casa de Emergência	67
Tabela 43. Alargamento de Respostas.....	71
Tabela 44. Reforço e Consolidação das Respostas na Área dos Idosos	72
Tabela 45. Reforço e Consolidação das Respostas na Área da Deficiência	72
Tabela 46. Reforço e Consolidação das Respostas na Área da Infância e Juventude	72
Tabela 47. Reforço e Consolidação das Respostas na Área da Saúde Mental e Dependências	73
Tabela 48. Áreas/Projetos Inovadores.....	73
Tabela 49. Projeto 1 - Projeto Integrado de Intervenção nas Doenças Neuro degenerativas.....	75
Tabela 50. Ficha de Ações do Projeto	76
Tabela 51. Projeto 2 - Projeto Equipa de Respostas Integradas	77
Tabela 52. Ficha de Ações do Projeto	78
Tabela 53. Projeto 3 - Grupo de Trabalho Especializado na Infância e Juventude.....	79
Tabela 54. Ficha de Ações do Projeto	80
Tabela 55. Projeto 4 – Apoio Domiciliário especializado na área da Saúde Mental	81
Tabela 56. Ficha de Ações do Projeto	802
Tabela 57. Projeto 5 – Centro de Alojamento Temporário	83
Tabela 58. Ficha de Ações do Projeto	805
Tabela 59. Projeto 6 – Projeto Integrado na Deficiência em Albufeira- CAO/Lar Residencial/Empregabilidade e SAD para a Deficiência.....	86
Tabela 60. Ficha de Ações do Projeto.....	90

Siglas e Acrónimos

AE- Agrupamento de Escolas

AHSA – Associação Humanitária Solidariedade de Albufeira

APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

APEXA – Associação de apoio à Pessoa Excecional do Algarve

CAFAP - Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

CEF - Curso de Educação e Formação

CV - Curso Vocacional

CLAIM - Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes

CMA – Câmara Municipal de Albufeira

CME - Conselho Municipal de Educação

CP – Curso Profissional

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CRESC Algarve – Acrónimo – “Região Competitiva, Resiliente, Empreendedora e Sustentável com base na valorização do Conhecimento”

DS – Diagnóstico Social

EB – Escola Básica

EBS – Escola Básica e Secundária.

ECCL - Equipa de Cuidados Continuados Integrados

ELI – Equipa de Intervenção Local

ES – Escola Secundária

EPE – Educação Pré-Escolar

ERPI – Estrutura Residencial para Idosos

FASL – Fundação António Silva Leal

GAF - Gabinete da Família

GASMI - Grupo de Apoio à Saúde Mental Infantil

IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional

IP – Intervenção Precoce

IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social

ISS, I.P. - Instituto da Segurança Social, Instituto Público.

JI – Jardim de Infância

NEE – Necessidades Educativas Especiais

NEET – Not in Education, Employment or Training

PDS – Plano de Desenvolvimento Social

PISP – Projeto para a Inserção Sócio Profissional

PEA - Programa de Emergência Alimentar

PIEF – Programa Integrado de Educação e Formação

RSI – Rendimento Social de Inserção

SAD - Serviço de Apoio Domiciliário

SCMA – Santa Casa da Misericórdia de Albufeira

SNS – Serviço Nacional de Saúde.

UCC - Unidade de Cuidados na Comunidade ULDM - Unidade de Longa Duração e Manutenção

UCSP - Unidade de Cuidados Saúde Personalizados

USF - Unidade Saúde Familiar

1. Estratégia de Desenvolvimento Inclusivo Albufeira

O desenvolvimento social do concelho de Albufeira pressupõe a existência de uma estratégia orientadora que defina as prioridades de intervenção e de investimento em função dos pontos-chave de mudança identificados. A articulação destes diversos fatores, numa lógica comum, deverá gerar uma estratégia inclusiva que combine a criação de oportunidades de inclusão social com a competitividade do território.

1.1. Diagnóstico Estratégico dos Fatores de Inclusão

O concelho de Albufeira é caracterizado pela relevância de um conjunto de fatores distintivos e diferenciadores, no contexto regional e nacional, que poderão alavancar a sua estratégia de desenvolvimento social.

Estes fatores poderão ser elencados da seguinte forma:

- **Integração da marca no mercado global (economia globalizada)**

Albufeira é um dos concelhos mais globalizado do país com a sua atividade económica ligada aos mercados globais. A presença da sua marca no mercado turístico internacional é um dos veículos essenciais para a projeção da componente socialmente inclusiva.

A Marca Albufeira é competitiva pela qualidade relativa nos mercados turísticos, sendo que a componente inclusiva poderá reforçar essa competitividade, se associada à segurança, ambiente familiar, qualidade de vida e bem-estar social.

- **Forte exposição aos ciclos de procura e oferta**

A atividade económica do concelho é caracterizada pela exposição à procura externa sendo condicionado pela atividade cíclica dos mercados turísticos. Este movimento pendular de procura sazonal dos mercados externos, condiciona o mercado de trabalho, refletindo-se na sua estrutura particular de adaptação das empresas e do emprego a esta realidade e na configuração que assume no concelho. Ao ciclo económico do concelho corresponde o ciclo de emprego/ desemprego a que a resposta é um ponto-chave da inclusão no concelho.

- **Híper especialização da atividade económica no concelho**

A especialização do concelho no turismo, como atividade económica quase exclusiva, gera uma economia de aglomeração à volta deste setor. A expansão do setor turístico concelhio, no sentido da modernização, qualificação, inovação e competitividade, poderá assumir o formato da criação de um *cluster* de serviços e produtos de apoio, para o qual as estratégias socialmente inclusivas no concelho poderão contribuir de forma determinante.

- **Intensa terciarização da economia local**

A dimensão e a intensidade do setor terciário no concelho de Albufeira, diferenciam-no a nível regional e nacional. A híper especialização deste sector na economia local, cria oportunidades de diversificação para os setores primário e secundário locais. Esta diversificação da base económica concelhia, para além de necessária para reforçar o seu equilíbrio e sustentabilidade, pode realizar-se através da criação de um mercado de fornecimento de bens e produtos de proximidade. Esta poderá ser uma aposta estratégica para a inclusão no mercado de trabalho de um conjunto de tipologias de desempregados, no chamado desemprego estrutural e ou de baixa empregabilidade. As oportunidades a criar seriam na oferta setorial complementar à do setor principal onde não têm oportunidades por múltiplas razões.

- **Forte atratividade demográfica**

O concelho de Albufeira apresenta uma forte dinâmica demográfica que o diferencia no contexto de contração vivido no país. Continua como destino de acolhimento de população que procura oportunidades e emprego e enraizamento social e familiar. Para este facto concorrem múltiplas razões, entre as quais a centralidade e a acessibilidade geográfica, o prestígio e imagem dinâmica do concelho, associado à “Marca Albufeira” e o emprego sazonal disponível.

- **“Comunidade global” e diversidade social e cultural**

A atratividade populacional exercida pelo concelho no contexto regional, nacional e internacional gerou uma diversidade social e cultural própria e diferenciadora de Albufeira. Esta é uma autêntica comunidade global, constituída por múltiplas origens, nacionalidades e características culturais. A modernidade urbana de Albufeira é um outro fator diferenciador que poderá determinar a definição das estratégias de inclusão social a implementar. A inclusão deverá responder à necessidade de criação de sentimentos de pertença e de coesão social numa comunidade que é um micro cosmos do mundo global, marcada simultaneamente pelo desenraizamento e pela motivação para a adesão à construção da sua própria identidade comum.

A necessidade de resposta à dinâmica demográfica e à necessidade de criar condições para um rápido acolhimento e integração, estimulou a sofisticação do dispositivo de proteção civil e segurança dos locais e visitantes, num território sujeito a tensões constantes de inclusão.

Este é outro dos fatores diferenciadores que poderá ser um ativo na criação da competitividade do destino Albufeira associando-o à segurança de uma comunidade socialmente coesa.

- **Concelho colaborativo e em rede**

O tecido institucional cooperante (rede social) é um fator de competitividade e de diferenciação do concelho. Com a infra estruturação de serviços e respostas comunitárias, parcialmente assegurada (para parte das respostas sociais embora se reconheçam lacunas a colmatar) e um setor solidário em crescimento, a capacidade inclusiva deste setor poderá alavancar mecanismos de inclusão social, a partir da capacidade de inovação empreendedora orientada para novas necessidades sociais e novos fenómenos de exclusão.

A mobilização da comunidade será um dos potenciais de inovação que responda à configuração específica de Albufeira como comunidade em construção da sua identidade.

1.2. Referencial Estratégico do Desenvolvimento Social do Concelho

A definição da estratégia inclusiva de Albufeira deverá basear-se na articulação entre o desenvolvimento social e a competitividade da sua estrutura económica.

Os fatores de atratividade enquanto destino turístico especializado que garante a empregabilidade do concelho e as oportunidades de inclusão para a comunidade, poderão ser reforçados com a componente da coesão social, segurança e lazer tranquilo e amigável, estilo de vida ativo e saudável, de bem-estar e qualidade ambiental.

O desenvolvimento social, identificado como fator de inovação, modernização e comunicação de Albufeira nos mercados globais e em conexão com a atividade económica, deverá ocupar um papel chave na promoção do desenvolvimento mais global.

A dimensão estratégica do desenvolvimento social poderá reforçar o posicionamento global de Albufeira como um **território socialmente coeso, gerador de oportunidades diferenciadas e inovador na busca de soluções e de respostas sociais.**

O nível de coesão social do concelho é verificável na capacidade institucional de gerar respostas para os grupos em rutura e crise, na capacidade de intervenção continuada para alterar ciclos de pobreza e de exclusão social em grupos específicos, persistentes e geracionais, na capacidade de qualificar e de responder às necessidades próprias de grupos etários e sócio económicos diferenciados e na capacidade de criar um horizonte e expectativas de realização nos indivíduos e na comunidade.

A coesão social verificar-se-ia na inclusão dos que estão em rutura e na margem da sociedade, na orientação e na capacitação dos diferentes grupos e no estímulo a um futuro com melhores oportunidades para o conjunto da comunidade.

A criação de um clima de segurança e de bem-estar social perceptível no concelho, com um ambiente dinâmico e ativo como estilo de vida dominante, será um ponto forte de atratividade reforçada do município com local “family friendly” de acordo com as tendências dominantes na classificação e avaliação da qualidade da indústria turística dominante. Este alinhamento do concelho com as tendências emergentes a nível global, que valorizam o bem-estar social e a segurança, pode ser um contributo estratégico da conexão desenvolvimento social e competitividade.

As oportunidades diferenciadas geradas na dinâmica institucional do concelho, na sua rede de cooperação, traduzem a diversidade da ação inclusiva como matriz de desenvolvimento social, articulando recursos e respostas de modo flexível, com uma abordagem integradora da diversidade social e cultural, tido como um valor de coesão e identidade.

Este seria um outro valor potencialmente estratégico para posicionar o concelho como um território global de diversidade social e cultural, com valores de cidadania responsável de abertura à diferença e multiplicidade de identidades e culturas, um território de acolhimento e integração.

A inovação representa o outro valor de coesão integrado no referencial de desenvolvimento social. A inovação no desenho de soluções para problemas e necessidades sociais, cada vez mais complexos seria a marca da estratégia inclusiva que deverá interagir com a dinâmica da economia do concelho, tornando-a um valor partilhado e de coerência do território.

Como ideia síntese da estratégia inclusiva do concelho de Albufeira, propomos a visão estratégica que agrega este referencial:

Quadro 1. Visão Estratégica

ALBUFEIRA CONCELHO GLOBAL SOCIALMENTE DINÂMICO - *CASE STUDY* DA INOVAÇÃO SOCIAL

Pretende-se que a visão de Albufeira projete uma identidade partilhada como concelho socialmente dinâmico na sua capacidade de responder à comunidade através da ação baseada no conhecimento, no desenvolvimento de competências transversais e na atitude de resposta, pela inovação aos desafios do desenvolvimento social.

Albufeira poderá constituir um campo de observação privilegiado para a produção de conhecimento e de sistematização de práticas inovadoras que possam ser inspiradoras e orientadoras para a região e para o país. Tem os recursos e as características institucionais adequadas, numa situação de proximidades com as redes de produção de conhecimento e desenvolvimento dos recursos para a

inovação. Está no interface com os restantes concelhos do Algarve, numa situação de proximidade com os centros de conhecimento sendo, enquanto destino, uma marca globalizada.

A concretização da visão baseia-se num futuro desejável orientador para o qual convergem os planos e projetos específicos que o constroem. As linhas orientadoras para a ação, designadas como desafios estratégicos, são as seguintes:

Quadro 2. Desafios Estratégicos



Os desafios estratégicos criam um horizonte de referência para a intervenção que os irá concretizar. São os pontos de orientação para a intervenção sempre que esteja em causa o sentido e a intencionalidade da intervenção.

1.3. Domínios de Concretização da Estratégia Inclusiva

Propõe-se que as diferentes linhas de ação, concretizadoras da estratégia inclusiva para o concelho de Albufeira, tenham como fio condutor comum o conhecimento como investimento prioritário na concretização da visão do território.

A qualificação é aqui entendida como “Investimento no Capital Social e Humano”, gerador de conhecimento no território, gerador da mudança pretendida e criador das condições estruturais para o patamar de desenvolvimento social proposto.

A qualificação como foco integrador da intervenção, direcionado para as pessoas e para a comunidade, para as organizações e para as respostas sociais, como podemos visualizar nesta matriz:



Estes são os domínios de concretização da estratégia inclusiva em domínios de intervenção definidos, em seguida, no Plano de Desenvolvimento Social.

2. Estratégias Integradas

O PDS operacionaliza a sua Estratégia Inclusiva através das estratégias integradas que agregam áreas de intervenção e de ações concertadas.

Em cada uma das áreas consideradas prioritárias organizou-se num conjunto de eixos e de projetos de intervenção. Pretende-se que estas áreas temáticas funcionem como *clusters* de projetos, ações e recursos alinhados na estratégia definida para o concelho.

Tabela 1. Síntese das Áreas/Eixos e Projetos do PDS

Área Temática	Eixos de Intervenção	Bolsa de Projetos
2.1. Oportunidades diferenciadas para a qualidade do sucesso escolar	2.1.1. Mobilização e qualificação dos recursos da comunidade	Espaço comunitário - Centro de recursos para a integração escola, família e comunidade
	2.1.2. Formação e desenvolvimento de ferramentas educativas para necessidades diferenciadas	Ensinar a Aprender
	2.1.3. Rede colaborativa para a partilha de conhecimento	Rede colaborativa para o sucesso escolar em Albufeira
	2.1.4. Observatório de recursos para o sucesso escolar em Albufeira	Observatório do sucesso escolar em Albufeira
2.2. Qualificação e empregabilidade	2.2.1. Empreendedorismo qualificado	Incubadora de projetos empreendedores de inovação no turismo
	2.2.2. Empregabilidade para pessoas com deficiência e desempregados de longa duração	Oficina de inserção profissional de pessoas com deficiência
	2.2.3. Qualificações e escolarização de jovens em risco de exclusão, NEE e NEET	Passaporte das profissões - Orientação e motivação em contexto profissional prático para jovens em risco
2.3. Cidadania e comunidade inclusiva	2.3.1. Bem-estar social e cidadania ativa	Ativação da participação Jovens e idosos
	2.3.2. Resposta à vulnerabilidade social	Rede de resposta à emergência social
	2.3.3. Valorização da diversidade cultural e cidadania responsável	Academia Intercultural de Albufeira - Mentores ativos - Valores positivos

2.1. Oportunidades Diferenciadas para a Qualidade do Sucesso Escolar

Estratégia Integrada para a Qualificação e Sucesso Escolar

O objetivo desta estratégia é o de reforçar e consolidar os mecanismos geradores de sucesso escolar já existentes no concelho, como condição de implementação da visão estratégica de aposta no capital social e humano através da qualidade da escolarização.

A intervenção integrada nesta problemática pressupõe a abordagem aos fatores de contexto do sucesso escolar como a família e comunidade educativa, da disponibilização de recursos promotores de atitudes comportamentais de motivação e empenho, de orientação e focalização em projetos de vida e de realização pessoal e profissional adequados, mas também, com a reorganização dos mecanismos escolares e pedagógicos internos à aprendizagem, capazes de gerar o sucesso educativo e escolar, em igualdade de circunstâncias perante necessidades diferenciadas.

I - Modelo técnico

O modelo técnico de intervenção proposto direciona a ação para quatro grandes áreas temáticas que deverão estar integradas e coerentes entre si: a intervenção na comunidade e na família, a intervenção pedagógica/ escolar para grupos e necessidades específicas, a intervenção na qualificação dos recursos disponíveis para a comunidade, como a informação e o conhecimento e, por fim, a capacitação da rede profissional que atua no terreno e gera, em primeira linha, o sucesso escolar, os professores.

II - Agenda e Prioridades Estratégicas

Na tabela que se segue, estão descritas as prioridades estratégicas definidas como:

Tabela 2. Agenda de Prioridades Estratégicas

Áreas de Intervenção	Tipologias de Intervenção – Ações tipo
2.1.1. Mobilização e qualificação dos recursos da comunidade	Estrutura de mediação entre escola, família e comunidade Atividades exteriores ao contexto escolar Programas de verão para pessoas com deficiência/NEE (Criação de espaços para desenvolver atividades nas interrupções letivas) Centro de recursos comunitários + voluntariado Desenvolvimento educativo fora do contexto escolar Fomentar a participação da comunidade escolar e a cidadania ativa
2.1.2. Formação e desenvolvimento de ferramentas educativas para necessidades diferenciadas	Intervenção focalizada na criação de oportunidades diferenciadas de sucesso escolar para alunos referenciados em situação de risco Projetos de acompanhamento de proximidade e diferenciação pedagógica para crianças e jovens em risco de insucesso Recrutar recursos humanos para orientação vocacional Equipas de apoio direto nas escolas Identificação precoce de situações de risco e sua resolução Apoio ao estudo/Cidadania Formação dos intervenientes no processo educativo que estão na escola
2.1.3. Rede colaborativa para a partilha de conhecimento	Fórum de articulação e aprendizagem Articulação dos agentes educativos com as instituições do concelho para a definição de uma estratégia global para o sucesso escolar e educativo
2.1.4. Observatório de recursos para o sucesso escolar	Compilação e divulgação dos apoios existentes na comunidade Alargamento da comunicação de todos os intervenientes do processo educativo/ Fórum / Chat técnico

2.1.1.Eixo de Intervenção - Mobilização e Qualificação dos Recursos da Comunidade

A comunidade educativa é cada vez mais determinante na resposta aos constrangimentos que se colocam ao sucesso escolar para a generalidade dos alunos mas especialmente importante para as necessidades específicas das crianças e jovens referenciadas em risco de insucesso escolar. O diagnóstico do insucesso estabelece a correlação com problemáticas associadas à parentalidade desestruturada, à pertença a minorias com uma atitude cultural e desinvestimento e desincentivo à aprendizagem, a estilos de vida disruptivos e, em termos gerais, a um ambiente que valoriza a fruição imediata e ao rendimento disponível associado à economia local dominada pela indústria turística.

A interiorização pela comunidade da sua responsabilidade, enquanto referente cultural de valorização da escolarização e do sucesso escolar como garantia de realização pessoal e social, é um desafio estratégico para o concelho.

Para que este papel motivacional da comunidade educativa se exerça será necessário estruturar respostas sociais adequadas, para que as famílias e o exercício da parentalidade se mobilizem de forma positiva como recurso para o sucesso.

A comunidade no seu todo deverá também aceder a recursos que permitam exercer o seu papel de modo efetivo em relação a este objetivo.

Bolsa de Projetos

Fundamentação

Segundo o relatório da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Albufeira, verifica-se que “(...) à medida que a faixa etária aumenta, dois dos indicadores tem tendência a crescer: o abandono e absentismo escolar. Este fator pode ser explicado devido a várias situações, como a falta de motivação que as crianças e jovens têm perante a escola, já que a maioria provém de agregados cujos adultos apresentam baixas habilitações literárias e não se mostram interessados em motivar nem informar o quanto é benéfico para a vida de um jovem, a escola.”

Fonte: Conclusões do relatório da CPCJ.

A análise do referido relatório, no qual participam os elementos da educação, validando assim o retrato da realidade escolar no concelho, aponta para a relevância da relação entre o insucesso e a parentalidade.

É uma relação problemática desde níveis de ensino muito precoces, certamente determinando os níveis de insucesso destas crianças e jovens.

A estratégia e intervenção assumida no PDS será a de integrar ativamente a família na comunidade educativa como ator chave da promoção e valorização da aprendizagem e do conhecimento. Pretende-se concretizar o objetivo da parentalidade positiva, não apenas na relação família / escola mas também na relação comunidade / família / escola, redefinindo, em termos inovadores, o papel que a família poderá assumir na promoção ativa do sucesso escolar.

Tabela 3. Projeto Espaço Comunitário - Centro de Recursos para a Integração Escola, Família e Comunidade

Designação do Projeto	Projeto Espaço comunitário Centro de recursos para a integração escola, família e comunidade	
Lógica de intervenção	Estrutura tridimensional escola/família/comunidade para a convergência e serviços, ações e respostas sociais nesta problemática	
Objetivo Estratégico	Até final de 2021 Albufeira é reconhecido como “concelho de sucesso escolar”	
Objetivos Específicos	Até final de 2021 Albufeira é reconhecido como boa prática na ligação entre a escola a família e a comunidade	
Componentes Chave da Intervenção – Ações-tipo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Montagem técnico-institucional do projeto 2. Serviços e atividades de apoio à família no campo do treino de competências, formação ação e informação de suporte familiar 3. Atividades e serviços de apoio ao estudo para crianças e jovens em risco de insucesso e ou para os jovens do concelho 4. Serviços especializados de mediação familiar e de conflitos 5. Serviços especializados de apoio e acompanhamento psicológico e de apoio a intervenção na saúde mental das crianças e jovens 6. Atividades de desenvolvimento educativo fora do contexto escolar 7. Atividades de promoção da participação da comunidade escolar e da cidadania ativa 8. Promoção de programas de verão para pessoas com deficiência/NEE's 9. Criação do banco de bens e recursos para a família 10. Monitorização e avaliação 	
Grupo-alvo (beneficiários)	Comunidade em geral / famílias do município de Albufeira Famílias sinalizadas nos serviços Crianças e jovens sinalizados em risco e perigo pela CPCJ (e outros serviços) Crianças e jovens em risco de insucesso sinalizados pela escola	
Promoção e Governança	Entidade Promotora	Município de Albufeira
Horizonte temporal	Entidades Parceiras	Parceiros da Rede Social
	Data de Início	Data de Término
	2017	2021
Avaliação de Impacto (Indicadores)	Taxa de sucesso escolar nas crianças e jovens alvo de intervenção Nível de competências sociais, pessoais e parentais adquiridas nas famílias alvo de intervenção Nº de intervenções geradas no âmbito do funcionamento do centro de recursos Grau, risco e perigo nas sinalizações dos serviços para as crianças e jovens Grau de resolução de problemas sociais identificados nas famílias e nas crianças e jovens	
Resultados Esperados	Recursos e serviços especializados no acompanhamento parental Serviços especializados disponíveis para crianças e jovens da comunidade, sinalizados ou não, pelos serviços em risco de insucesso escolar	
Recursos a mobilizar (linhas de financiamento)	CRESC Algarve 2020 Programas nacionais e comunitários e financiamento	

Tabela 4. Ficha de Ações do Projeto

Projeto – Ficha de Ações			
Ações	Designação	Descritivo	Entidade promotora
1	Montagem técnico-institucional do projeto	Organização da equipa, captação de recursos e planeamento	CMA
2	Serviços e atividades de apoio à família no campo do treino de competências, formação ação e informação de suporte familiar	Formação ação inovadora em competências sociais, gestão doméstica, parentalidade positiva. Micro iniciativas empreendedoras das competências e qualificações	IPSS's
3	Atividades e serviços e apoio ao estudo para crianças e jovens em risco de insucesso e ou para os jovens do concelho	Equipa multidisciplinar de apoio ao estudo, à organização da aprendizagem e à interação família escola	IPSS's Associações locais
4	Serviços especializados de mediação familiar e de conflitos	Serviço de apoio psicoterapêutico multidisciplinar	IPSS's
5	Serviços especializados de apoio e acompanhamento psicológico e de apoio a intervenção na saúde mental das crianças e jovens	Serviço de apoio psicoterapêutico multidisciplinar com incidência na psicologia	IPSS's
6	Atividades de desenvolvimento educativo fora do contexto escolar	Utilização de técnicas de educação pela arte e atividades de cariz artístico para crianças e jovens	IPSS's Associações locais Agrupamentos escolares Associações de pais
7	Atividades de promoção da participação da comunidade escolar e a cidadania ativa	Eventos participativos para as famílias, crianças e jovens	IPSS's Associações locais
8	Promoção de programas de verão para pessoas com deficiência/NEE's	Programa de ocupação no período de interrupções letivas férias letivas para crianças e jovens com deficiência	IPSS da área da deficiência
9	Criação do banco de bens e recursos para a família	Extensão da rede de emergência social e bens de troca solidária	CMA IPSS's Segurança Social
10	Monitorização e avaliação	Acompanhamento e suporte técnico ao projeto	CMA

2.1.2. Eixo Intervenção - Formação e Desenvolvimento de Ferramentas Educativas para Necessidades Diferenciadas

O persistente insucesso escolar de alunos com um perfil sócio familiar bem determinando, que tende a concentrar muitas das dificuldades associadas ao insucesso como a indisciplina latente, a dificuldade de concentração e déficit de atenção, a desmotivação e desinteresse, a falta de expectativas pessoais sobre a escolarização e a procura de saídas precoces para o mercado de trabalho, coloca a questão das necessidades educativas diferenciadas para estes grupos específicos.

Em termos globais, podemos caracterizar este como um grupo de alunos em risco de insucesso e desistência escolar mas não são o único perfil de risco. Embora o insucesso esteja disseminado por vários perfis comportamentais e sociais podemos identificar um certo grau de homogeneidade neste tipo de insucesso.

O desenvolvimento de ferramentas educativas e de práticas pedagógicas direcionadas para perfis específicos e comportamentos diferenciados poderá adequar a resposta educativa às necessidades sociais específicas e gerar sucesso onde o potencial risco de insucesso é maior.

Bolsa de Projetos

Fundamentação

A utilização, concertada com os agrupamentos de escolas, de recursos externos complementares à escola na sua função de reforço das aprendizagens e atenção direcionada para as necessidades específicas destes grupos de risco, poderá gerar resultados nos alunos em que o sucesso se demonstra mais complexo e exigente.

O apoio nas competências laterais e funcionais da aprendizagem pelos alunos, como a organização do estudo e do trabalho preparatório das provas de avaliação, a orientação na seleção e organização da informação e da sua estruturação, poderão ser contributos para a organização do sucesso educativo e escolar.

Tabela 5. Projeto Ensinar a Aprender

Designação do Projeto	Ensinar a Aprender	
Lógica de intervenção	<p>Focar competências de aprendizagem estudo e organização pessoal para o sucesso escolar em grupos específicos. Implementar formação e investigação nos agrupamentos sobre abordagens pedagógicas e ferramentas específicas promotoras do sucesso escolar</p> <p>Disponibilizar recursos técnicos complementares aos agrupamentos escolares para tornar possível a tutoria de aprendizagem</p>	
Objetivo Estratégico	Até final de 2021 Albufeira é reconhecido como “concelho de sucesso escolar”	
Objetivos Específicos	Até final de 2021 Albufeira é reconhecido como boa prática de apoio à aprendizagem de alunos em risco de insucesso escolar	
Componentes Chave da Intervenção – Ações-tipo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Montagem técnico-institucional do projeto 2. Criação de programa e apoio ao estudo em coordenação com os agrupamentos escolares 3. Expansão do modelo de tutoria de aprendizagem 4. Formação ação para professores em novas abordagens pedagógicas para o sucesso 5. Criação e programas de auto controlo emocional e comportamentais baseados em psicoterapias pela arte e expressão de grupo e individual 6. Monitorização e avaliação 	
Grupo-alvo (beneficiários)	<p>Comunidade em geral / famílias do município de Albufeira</p> <p>Crianças e jovens sinalizados por problemas de comportamento na sala de aula pelos agrupamentos</p> <p>Crianças e jovens sinalizados em rutura motivacional com a escola e as aprendizagens</p> <p>Crianças e jovens sinalizados em risco e perigo pela CPCJ (e outros serviços)</p> <p>Crianças e jovens em risco de insucesso sinalizados pelos agrupamentos escolares</p>	
Promoção e Governança	Entidade Promotora	Município de Albufeira
Horizonte temporal	Entidades Parceiras	Parceiros da Rede Social
	Data de Início	Data de Término
	2017	2021
Avaliação de Impacto (Indicadores)	<p>Taxa de sucesso escolar nas crianças e jovens alvo de intervenção</p> <p>Nível de participações por disciplina</p> <p>Nº de intervenções geradas no âmbito do funcionamento do centro de recursos</p> <p>Grau de risco e de perigo nas sinalizações dos serviços para as crianças e jovens</p> <p>Grau de resolução de problemas sociais identificados nas famílias e nas crianças e jovens</p>	
Resultados Esperados	<p>Recursos e serviços especializados no acompanhamento a crianças e jovens em risco e insucesso escolar</p> <p>Serviços especializados disponíveis para crianças e jovens da comunidade, em risco de insucesso escolar sinalizados, ou não, pelos serviços com o objetivo de promover as competências para o sucesso nas aprendizagens</p>	
Recursos a mobilizar (linhas de financiamento)	<p>CRESC Algarve 2020</p> <p>Programas nacionais e comunitários e financiamento</p>	

Tabela 6. Ficha de Ações do Projeto

Projeto – Ficha de Ações			
Ações	Designação	Descritivo	Entidade promotora
1	Montagem técnico-institucional do projeto	Organização da equipa, captação de recursos e planeamento	CMA
2	Criação de programa e apoio ao estudo em coordenação com os agrupamentos escolares	Identificação dos tempos letivos e apoio ao estudo e reformulação metodológica com disponibilização de recursos técnicos de apoio aos agrupamentos	IPSS's
3	Expansão do modelo de tutoria de aprendizagem	Desenvolvimento e modelo e tutoria e treino dos técnicos com posterior disponibilização aos agrupamentos em formato a determinar	IPSS's Agrupamentos escolares
4	Formação ação para professores em novas abordagens pedagógicas para o sucesso	Programação de modelos de aprendizagens de boas práticas entre pares e	Centro de formação de professores universidade do Algarve
5	Criação e programas de auto controlo emocional e comportamentais baseados em psicoterapias pela arte e expressão de grupo e individual	Aplicação de programas disponíveis de apoio na concentração, atenção e auto controlo comportamental	IPSS's Associações locais
6	Monitorização e avaliação	Acompanhamento e assessoria técnica ao projeto	Universidade do Algarve

2.1.3. Eixo de intervenção - Rede Colaborativa para a Partilha de Conhecimento

A multiplicidade de instituições que interagem em conjunto com as famílias e a comunidade, no âmbito do processo educativo a que chamamos de comunidade educativa, gera conhecimento e práticas sobre as quais é necessária a reflexão partilhada e coerência na estratégia a utilizar.

Estando a gestão institucional da intervenção educativa, regulada pela legislação e formalizada no Conselho Municipal de Educação (CME), seria desejável a existência de um espaço interinstitucional, associado e complementar ao CME, com um desenho mais flexível e participativo que permitisse a produção de conhecimento e reflexão partilhada entre todos os atores da comunidade educativa. Este espaço colaborativo teria uma agenda centrada na análise de práticas pedagógicas, instrumentos de apoio e otimização do sucesso educativo, da coordenação e cruzamento de ações e projetos no

terreno, criando consistência estratégica, debate e reflexão participada, de modo a gerar impactos positivos na concretização da visão de Albufeira território de sucesso escolar.

Bolsa de Projetos

Fundamentação

A comunidade educativa é uma área de interseção de outras redes, espaços e plataformas institucionais. A criação de uma rede colaborativa entre todas estas instituições poderia aproximar a novos atores e recursos como a comunidade das famílias (e a de pais) de Albufeira, de centros de conhecimento como as universidades, de novos projetos que poderão ser implementados nesta área, para além das instituições e, sobretudo, dos técnicos que, de algum modo, intervêm nesta temática.

A rede colaborativa tornará possível a aproximação de linguagens e de objetivos, a partilha de informação e de recursos, a coordenação e ações no território e a produção de conhecimento prático na produção do sucesso escolar.

Tabela 7. Projeto Rede Colaborativa para o Sucesso Escolar em Albufeira

Designação do Projeto	Rede colaborativa para o sucesso escolar em Albufeira	
Lógica de intervenção	Espaço institucional promotor de colaboração, participação, e partilha de informação sobre o sucesso escolar no concelho de Albufeira	
Objetivo Estratégico	Até final de 2021 Albufeira é reconhecido como “concelho de sucesso escolar”	
Objetivos Específicos	Até final de 2021 Albufeira é um concelho colaborativo na produção de conhecimento aplicado à promoção do sucesso escolar	
Componentes Chave da Intervenção – Ações-tipo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Montagem técnico-institucional da rede colaborativa 2. Sessões colaborativas de reflexão e partilha e práticas 3. Desenvolvimento de instrumentos de partilha de informação 4. Sessões participativas de auscultação e envolvimento da comunidade educativa de Albufeira 5. Seminários temáticos sobre práticas e instrumentos promotores do sucesso escolar 6. Sessões de planeamento e coordenação participadas 7. Monitorização e avaliação 	
Grupo-alvo (beneficiários)	Comunidade em geral / famílias do município de Albufeira Professores e órgãos de gestão dos agrupamentos Associações de pais Serviços públicos da autarquia e serviços da administração central descentralizada IPSS's Equipas de projetos em curso no município	
Promoção e Governação	Entidade Promotora	CMA/ Agrupamentos escolares de Albufeira
	Entidades Parceiras	Parceiros da Rede Social
Horizonte temporal	Data de Início	Data de Término
	2017	2021
Avaliação de Impacto (Indicadores)	Taxa de sucesso escolar no município Nº de boas práticas validadas no município Nº de instrumentos e recursos, geradores de sucesso escolar, disponíveis para a comunidade educativa	
Resultados Esperados	Conhecimento especializado e boas práticas sistematizadas e testadas no município Informação sistematizada e partilhada na comunidade educativa	
Recursos a mobilizar (linhas de financiamento)	CRESC Algarve 2020 Programas nacionais e comunitários e financiamento	

Tabela 8. Ficha de Ações do Projeto

Projeto – Ficha de Ações			
Ações	Designação	Descritivo	Entidade promotora
1	Montagem técnico-institucional da rede colaborativa	Organização da equipa, captação de recursos e planeamento	CMA
2	Sessões colaborativas de reflexão e partilha e práticas	Organização de momentos de trabalho com a utilização de metodologias participativas com a comunidade educativa de Albufeira	IPSS's
3	Desenvolvimento de instrumentos de partilha de informação		Agrupamentos Escolares
4	Sessões participativas de auscultação e envolvimento da comunidade educativa de Albufeira		CMA
5	Seminários temáticos sobre práticas e instrumentos promotores do sucesso escolar		Serviços Públicos
6	Sessões de planeamento e coordenação participadas		Universidade do Algarve
7	Monitorização e avaliação	Acompanhamento e assessoria técnica ao projeto	Universidade do Algarve

2.1.4. Eixo de Intervenção - Observatório de Recursos para o Sucesso Escolar em Albufeira

O acesso à informação sobre a dinâmica da comunidade educativa de Albufeira é uma oportunidade para aproximar e tornar mais coesas e eficazes as intervenções educativas em curso no concelho. Os profissionais, professores, psicólogos, técnicos dos projetos e as famílias têm necessidade de acesso à informação estruturada sobre um conjunto de matérias que extravasam a informação institucional mais restrita das escolas.

Necessária é também informação proativa sobre oportunidades de candidaturas ou projetos a realizar, informação sobre metodologias e práticas pedagógicas relevantes para os profissionais e informação qualificada sobre o concelho nomeadamente estudos, investigações e relatórios produzidos com interesse técnico e científico.

A disponibilização de informação atualizada às famílias e à comunidade em geral será também um excelente veículo de aproximação às escolas.

Bolsa de Projetos

Fundamentação

O observatório do sucesso escolar em Albufeira poderá constituir um sinal da aposta estratégica concelhia no sucesso escolar. A existência de uma ferramenta para disponibilização à comunidade da

informação útil, mas também estratégica sobre esta questão, constituiria um suporte eficaz ao investimento institucional e da comunidade, na promoção do sucesso tornando-o verificável e mensurável por todos.

Tabela 9. Projeto Observatório do Sucesso Escolar em Albufeira

Designação do Projeto	Observatório do sucesso escolar em Albufeira	
Lógica de intervenção	Ferramenta, agregação e disponibilização de informação relevante para escolas, instituições, famílias e comunidade	
Objetivo Estratégico	Até final de 2021 Albufeira é reconhecido como “concelho de sucesso escolar”	
Objetivos Específicos	Até final de 2021 Albufeira a comunidade educativa tem acesso a informação estratégica e operacional do sucesso, ativadora e orientadora de iniciativas locais promotoras do sucesso escolar	
Componentes Chave da Intervenção – Ações-tipo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Montagem técnico-institucional do Observatório 2. Desenho do sistema de informação e protocolos de atualização 3. Protocolo de atualização e dinamização do Observatório 4. Sessões periódicas e devolução pública de resultados 5. Monitorização e avaliação 	
Grupo-alvo (beneficiários)	Comunidade em geral / famílias do município de Albufeira Professores e órgãos de gestão dos agrupamentos Associações de pais Serviços públicos da autarquia e serviços da administração central descentralizada IPSS's Equipas de projetos em curso no município Universidade, investigadores e académicos em geral	
Promoção e Governação	Entidade Promotora	CMA/ DEGEST_Algarve/Agrupamentos Escolares de Albufeira / Universidade do Algarve
	Entidades Parceiras	Parceiros da Rede Social
Horizonte temporal	Data de Início	Data de Término
	2017	2021
Avaliação de Impacto (Indicadores)	Taxa de sucesso escolar no município Nº de boas práticas validadas no município Nº de instrumentos e recursos, projetos e iniciativas geradoras de sucesso escolar, disponíveis para a comunidade educativa com o apoio do observatório	
Resultados Esperados	Conhecimento especializado e boas práticas sistematizadas e testadas no município Informação sistematizada e partilhada na comunidade educativa Referencial de indicadores disponíveis sobre o sucesso escolar em Albufeira	
Recursos a mobilizar (linhas de financiamento)	CRESC Algarve 2020 Programas nacionais e comunitários e financiamento	

Tabela 10. Ficha de Ações do Projeto

Projeto – Ficha de Ações			
Ações	Designação	Descritivo	Entidade promotora
1	Montagem técnico-institucional da rede colaborativa	Organização da equipa, captação de recursos e planeamento	CMA Agrupamentos Escolares Universidade do Algarve
2	Desenho do sistema de informação e protocolos de atualização	Definição de caderno de encargos e realização de protocolo de dinamização	IPSS's DEGEST_Algarve Agrupamentos Escolares
3	Protocolo de atualização e dinamização do Observatório	com a Universidade do Algarve no âmbito dos trabalhos de investigação em curso ou a lançar	CMA
4	Sessões periódicas e devolução pública de resultados		Serviços públicos Universidade do Algarve
7	Monitorização e avaliação	Acompanhamento e assessoria técnica ao projeto	Universidade do Algarve

2.2. Qualificação e Empregabilidade

A empregabilidade é o fator verdadeiramente concretizador da inclusão social.

Esta problemática é das mais complexas pelo cruzamento de fatores estritamente económicos como a estrutura empresarial e a atividade económica dominante, fatores institucionais, como os serviços de interface entre a procura e a oferta de emprego, fatores estritamente sociais, como o nível de qualificação e escolarização da população e territoriais, como a demografia e a dinâmica da mobilidade existente nesse território.

A empregabilidade será equacionada numa perspetiva multidimensional tentando responder a essa multiplicidade de fatores com abordagens integradas. As vulnerabilidades identificadas centram-se em parte nas problemáticas persistentes mas já referenciadas nos diagnósticos disponíveis que referem sobretudo o desajuste das qualificações em relação às necessidades do mercado, o desemprego estrutural, dificilmente reversível, e as baixas qualificações associadas à baixa escolarização, entre outras questões mais específicas.

Mas nos últimos dez anos assiste-se ao crescimento exponencial de uma outra problemática ainda mais desestruturante da coesão social que é o desemprego jovem qualificado.

O concelho de Albufeira apresenta ainda uma especificidade que é a elevada sazonalidade, como vimos, que cria ciclos de emprego/ desemprego de grande amplitude, tornando mais difícil a estabilização em percursos profissionais qualificantes e progressivos.

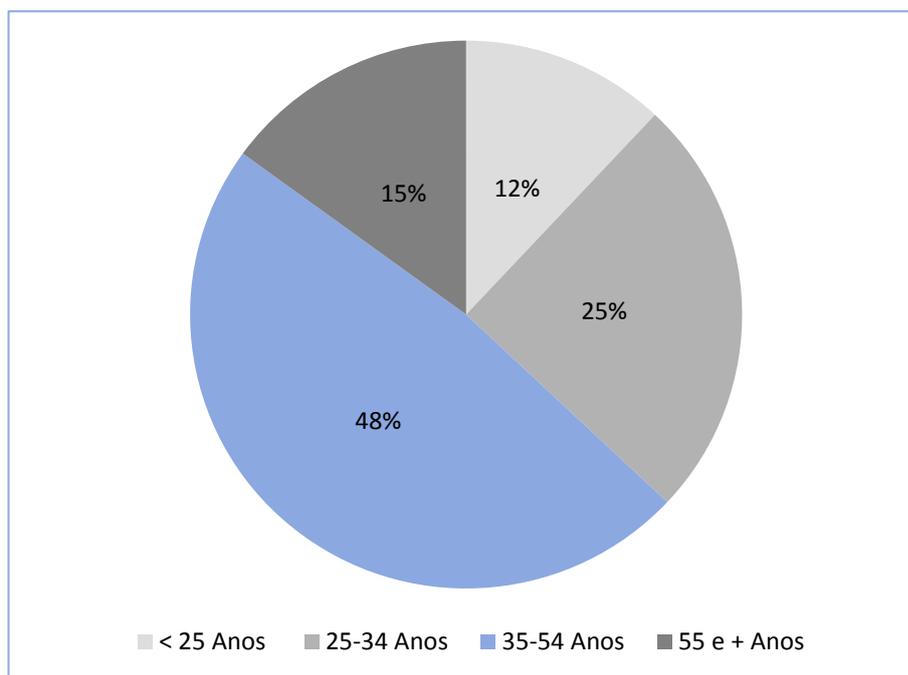
Segundo o Diagnóstico Social (DS), documento em atualização, a sazonalidade duplica o número de inscritos no centro de emprego entre a época baixa e a alta devido à “concentração do emprego nas atividades associadas ao *cluster* turismo/lazer e logo, o grande peso das atividades da Hotelaria, Restauração e Turismo” (Diagnóstico Social de Albufeira 2013)

Associada à sazonalidade está a precariedade já que de acordo com os dados do DS, a esmagadora percentagem da procura de emprego verifica-se na categoria “Procura de Novo Emprego”, o que traduz a flutuação dos vínculos laborais.

A exclusão do mercado de trabalho de determinados grupos etários é uma questão prioritária da empregabilidade no concelho por corresponder a uma tendência que se acentua e pelo facto do desemprego estrutural ser quase irreversível, com graves consequências de exclusão social para estes desempregados.

Em Albufeira (gráfico 1) no início de 2015 cerca de 48% dos desempregados situavam-se no grupo etário dos 35/54 anos e 15% no grupo etário de mais de 55 anos. Estes dados do diagnóstico social demonstram a relevância desta problemática no concelho de Albufeira.

Gráfico 1. Representação do número de Desempregados inscritos no concelho de Albufeira, tendo em conta o seu Grupo Etário.

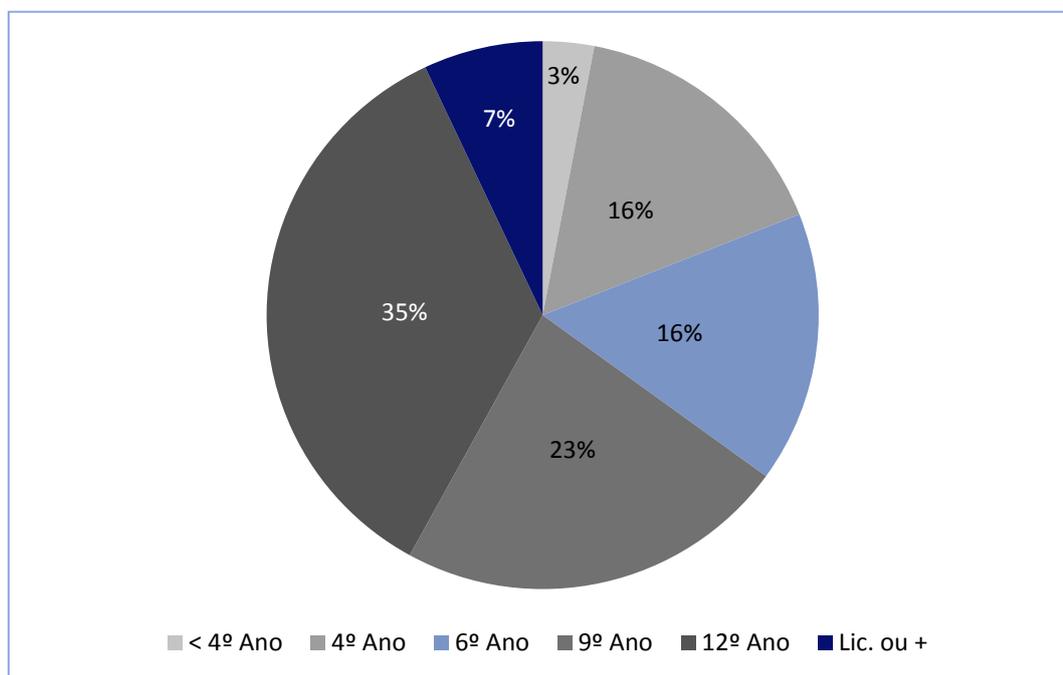


Fonte: IEFP - Diagnóstico Social de Albufeira

O nível de escolarização é outra das variáveis determinantes da empregabilidade do concelho. De acordo com o diagnóstico social (gráfico 2), 58% dos desempregados têm até ao 9º ano do Ensino Básico, o que demonstra a vulnerabilidade das qualificações no grupo de desempregados e traduz a baixa escolarização e qualificação dos empregados em Albufeira.

Um dado relevante é o facto de 7% dos desempregados serem jovens licenciados o que, não sendo um valor relativo muito elevado, traduz a existência desta problemática no concelho.

Gráfico 2. Representação do número de Desempregados inscritos no concelho de Albufeira, tendo em conta o Nível de Escolarização.



Fonte: IEFP - Diagnóstico Social de Albufeira

I - Modelo Técnico de Intervenção

O modelo técnico de intervenção deverá focalizar-se em grupos alvo e necessidades de empregabilidade muito específicas. Elencamos as principais áreas estratégicas de intervenção que poderão gerar impactos sociais significativos na construção da identidade inclusiva do concelho de Albufeira:

a) Empregabilidade e competitividade da indústria turística

A redução da sazonalidade turística é um dos desafios mais relevantes para a empregabilidade no concelho. A redução da sazonalidade será possível com o aumento da competitividade da indústria turística, na inovação da oferta e atratividade global do destino Albufeira. O desenvolvimento de nichos especializados de produtos e serviços a associar à capacidade instalada de alojamento poderá ser integrado num processo de empreendedorismo qualificado.

b) Inclusão dos grupos de baixa empregabilidade

A empregabilidade de grupos vulneráveis como a população portadora de deficiência poderá constituir em Albufeira, uma referência para um sector em que esta problemática é assumida como prioritária e de muito difícil resolução.

Outros grupos vulneráveis como os beneficiários de medidas de apoio social especificamente o Rendimento Social de Inserção (RSI), em situação de recuperação de dependência de substâncias aditivas, jovens com prolongada exclusão do mercado de trabalho e que não estudam (NEET) deverão ser igualmente alvo de intervenção integrada para a inclusão.

c) Inclusão dos jovens em risco de exclusão e jovens NEET

A empregabilidade dos jovens em risco é a questão prioritária e determinante para a redução da exclusão e da sua reprodução geracional.

A saída precoce do sistema de ensino, associada à inexistência de qualificações complementares profissionalizantes ou a sua inadequação ao mercado de trabalho, deixa muitos jovens em situação de risco de exclusão social e com poucas perspetivas de construção de um futuro adequado.

São prioritárias estratégias de qualificação profissional adequadas, juntamente com a intervenção motivacional complementar e um sistema de transição para o mercado de trabalho que simultaneamente assegure a formação e desenvolvimento de competências profissionais à semelhança do sistema dual de formação aprendizagem/ escolarização.

II - Agenda e Prioridades Estratégicas

Na tabela que se segue, estão descritas as prioridades estratégicas, as quais ficarão definidas como:

Tabela 11. Agenda de Prioridades Estratégicas

Áreas de Intervenção	Tipologias de Intervenção – Ações tipo
2.2.1. Empreendedorismo qualificado	Incubação de ideias e projetos de inovação empresarial Investigação e desenvolvimento aplicado no tecido empresarial de Albufeira
2.2.2. Oportunidades para grupos de baixa empregabilidade	Projeto integrado de inserção profissional de pessoas com deficiência Incubação de projetos de empreendedorismo social para desempregados de longa duração Ações de formação em contexto real para beneficiários de medidas de apoio social Desenvolvimento de respostas de transição para a empregabilidade de grupos vulneráveis Oferta curricular vocacional e profissional atrativa para jovens em risco de insucesso
2.2.3. Formatos inovadores de orientação de jovens em risco de exclusão e de baixa empregabilidade	Orientação profissional e motivação em contexto prático para jovens em risco Intervenção motivacional com incubação de projetos artísticos e de cidadania para jovens NEET

2.2.1. Eixo de Intervenção - Empreendedorismo Qualificado

O concelho de Albufeira poderá exercer uma forte capacidade de atração de jovens qualificados, pela proximidade à universidade, pela localização numa zona privilegiada de residência e fixação, como demonstra a dinâmica demográfica do concelho, no sentido do crescimento e atração de população.

A empregabilidade é, neste momento, o fator chave da decisão de fixação num território. A possibilidade de renovação e inovação no tecido empresarial do concelho poderá gerar um afluxo de pessoas qualificadas, geradoras de um novo patamar de empregabilidade no concelho.

Bolsa de Projetos

Incubadora de Projetos Empreendedores de Inovação no Turismo

Fundamentação

A sazonalidade lança um desafio aos empreendedores jovens em situação de desemprego ou à procura de 1º emprego.

A inovação neste domínio está diretamente associada à qualificação e ao conhecimento especializado. Para ativar este potencial será necessária a integração e coordenação entre o tecido empresarial, a universidade, a autarquia e a rede social enquanto suporte facilitador para todo este processo.

Um projeto desta natureza requer a capacidade de captação de fundos através de candidaturas fundamentadas pela necessidade social de gerar empregabilidade, requer uma gestão integrada e uma visão estratégica adequada da gestão do território.

Tabela 12. Projeto Incubadora de Projetos Empreendedores de Inovação no Turismo

Designação do Projeto		Incubadora de projetos empreendedores de inovação no turismo	
Lógica de intervenção	Criação do ecossistema empreendedor especializado na inovação na indústria do turismo		
Objetivo Estratégico	Até final de 2021, em Albufeira, está consolidado o ecossistema empreendedor de referência na inovação na indústria do turismo		
Objetivos Específicos	Até final de 2021 Albufeira lança anualmente três <i>startups</i> de referência na inovação no turismo		
Componentes Chave da Intervenção – Ações-tipo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Montagem técnico-institucional 2. Implementação de uma incubadora especializada na inovação turística no concelho 3. Criação de rede de empresas e entidades de suporte à incubadora para a aceleração e qualificação dos projetos 4. Criação e desenvolvimento do conceito: “Hotel Incubador de inovação” 5. Avaliação do projeto 		
Grupo-alvo (beneficiários)	Jovens qualificados desempregados Desempregados de longa duração com qualificação Comunidade de Albufeira Jovens alunos de Albufeira Universidade, investigadores e académicos em geral		
Promoção e Governação	Entidade Promotora	CMA	
	Entidades Parceiras	Parceiros da Rede Social IEFP, Agrupamentos Escolares de Albufeira / Universidade do Algarve, Empresas e “Emprende Já”	
Horizonte temporal	Data de Início		Data de Término
	2017		2021
Avaliação de Impacto (Indicadores)	Redução da sazonalidade na estrutura de emprego do concelho Aumento do nível de qualificação do emprego no concelho Aumento da competitividade da indústria turística do concelho		
Resultados Esperados	Criação de incubadora de inovação instalada em Albufeira, a funcionar e sustentável Criação anual de emprego associada às <i>startups</i> lançada no mercado		
Recursos a mobilizar (linhas de financiamento)	CRESC Algarve 2020 Programas nacionais e comunitários e financiamento		

Tabela 13. Ficha de Ações do Projeto

Projeto – Ficha de Ações			
Ações	Designação	Descritivo	Entidade promotora
1	Montagem técnico-institucional da rede colaborativa	Organização da equipa, captação de recursos e planeamento	CMA
2	Implementação de uma incubadora especializada na inovação turística no concelho	Preparação de candidatura a financiamento e definição do caderno de encargos	CMA
3	Criação de rede de empresas e entidades de suporte à incubadora para a aceleração e qualificação dos projetos		Empresas
4	Criação e desenvolvimento do conceito: “Hotel Incubador de inovação		IEFP
5	Monitorização e avaliação	Acompanhamento e assessoria técnica ao projeto	Universidade do Algarve

2.2.2. Eixo de Intervenção - Empregabilidade para Pessoas com Deficiência e Desempregados de Longa Duração

A rede de respostas para as pessoas com deficiência não responde à empregabilidade destas pessoas. Num contexto de dificuldades económicas, o aumento do desemprego agravou esta situação com a redução das oportunidades de emprego existentes. A necessidade de produtividade crescente nos postos de trabalho vem, também, acentuar a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho deste grupo específico.

Apesar das dificuldades conjunturais, o concelho de Albufeira tem condições potenciais para a empregabilidade destas pessoas, pelo facto da indústria turística dominante poder oferecer condições de contratualização flexíveis e à medida das necessidades mútuas.

Bolsa de Projetos

Fundamentação

As boas práticas no domínio da empregabilidade das pessoas com deficiência indicam que é possível estabelecer contratos de prestação de serviços especializados, com bons resultados económicos para ambas as partes. Este tipo de contrato implica a necessidade de enquadramento institucional e apoio técnico no acompanhamento das tarefas, de modo a garantir o bem-estar e a gratificação das pessoas com deficiência no desempenho das suas tarefas.

Tabela 14. Projeto Oficina de Inserção Profissional de pessoas com Deficiência

Designação do Projeto	Oficina de inserção profissional de pessoas com deficiência	
Lógica de intervenção	Identificação e comercialização de serviços a prestar pelas pessoas com deficiência devidamente enquadradas e com a garantia da resposta técnica às suas necessidades específicas	
Objetivo Estratégico	Até final de 2021 Albufeira é um caso de referência na empregabilidade das pessoas com deficiência	
Objetivos Específicos	Até final de 2021 Albufeira tem implementadas empresas sociais para pessoas com deficiência que são sustentáveis na economia real do concelho	
Componentes Chave da Intervenção – Ações-tipo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Montagem técnico-institucional 2. Estabelecimento e contratos de serviços entre empresas de Albufeira e as instituições com intervenção na área da deficiência 3. Estabelecimento de um plano de trabalho adequado à empregabilidade das pessoas com deficiência e das empresas contratantes 4. Programa ocupacional e terapêutico definido e implementado no apoio à atividade profissional das pessoas com deficiência 5. Monitorização e avaliação 	
Grupo-alvo (beneficiários)	Pessoas com deficiência Famílias de pessoas com deficiência Empresas IPSS's de Albufeira	
Promoção e Governação	Entidade Promotora	IPSS's de Albufeira / CMA /Empresas/ IEFP
	Entidades Parceiras	Parceiros da Rede Social
Horizonte temporal	Data de Início	Data de Término
	2017	2021
Avaliação de Impacto (Indicadores)	Nível e bem-estar, saúde emocional e auto estima das pessoas com deficiência Reforço de recursos para resposta às necessidades das famílias e pessoas com deficiência	
Resultados Esperados	Empregabilidade das pessoas com deficiência Boas práticas de empregabilidade identificadas Especialização de Albufeira como caso de boas práticas na empregabilidade das pessoas com deficiência	
Recursos a mobilizar (linhas de financiamento)	CRESC Algarve 2020 Programas nacionais e comunitários e financiamento	

Tabela 15. Ficha de Ações do Projeto

Projeto – Ficha de Ações			
Ações	Designação	Descritivo	Entidade promotora
1	Montagem técnico-institucional da rede colaborativa	Organização da equipa, captação de recursos e planeamento	CMA IPSS's de Albufeira Empresas IEFP
2	Estabelecimento e contratos de serviços entre empresas de Albufeira e as instituições com intervenção na área da deficiência	Criação e implementação dos “negócios” sociais pelas IPSS's do concelho em parceria com as empresas e o apoio da CMA e o IEFP	CMA IPSS's de Albufeira Empresas IEFP
3	Estabelecimento de um plano de trabalho adequado à empregabilidade das pessoas com deficiência e das empresas contratantes		
4	Programa ocupacional e terapêutico definido e implementado no apoio à atividade profissional das pessoas com deficiência		
5	Monitorização e avaliação	Acompanhamento e assessoria técnica ao projeto	Universidade do Algarve

2.2.3. Eixo de Intervenção - Qualificações e Escolarização de Jovens em Risco de Exclusão, NEE e NEET

É prioritária a intervenção para a empregabilidade de jovens de baixa escolaridade e ausência de qualificações (ou de baixas qualificações) profissionais, em situação de desmotivação e incapacidade de formular um projeto de vida. Esta intervenção permite descoberta de competências próprias através do contacto com a realidade, capacitando estes jovens, para regras e normas sociais, bem como para autoconfiança de forma a projetarem o seu próprio futuro.

Bolsa de Projetos

Fundamentação

A intervenção motivacional com incubação de projetos artísticos e de cidadania para jovens NEET é uma boa prática testada e com provas dadas na motivação para processos auto dirigidos de inclusão. Paralelamente à descoberta de capacidades e do reconhecimento social adquirido, no processo de desenvolvimento de projetos e talentos próprios, dever-se-á proporcionar experiências e oportunidades reais de qualificação e (re) escolarização de estes jovens em risco de exclusão e NEET.

Tabela 16. Projeto Passaporte das Profissões - Orientação e motivação em contexto profissional prático para jovens em risco

Designação do Projeto	Passaporte das profissões - Orientação e motivação em contexto profissional prático para jovens em risco	
Lógica de intervenção	Montagem de um espaço de incubação e ideias e projetos empreendedores nas áreas artísticas, com acesso a micro experiências profissionais incorporadas num percurso de aprendizagem coerente	
Objetivo Estratégico	Até final de 2021 tem uma política diferenciada para inclusão dos jovens NEET	
Objetivos Específicos	Até final de 2021 Albufeira implementa um modelo inovador de motivação e acesso às profissões para os jovens NEET em Albufeira	
Componentes Chave da Intervenção – Ações-tipo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Montagem técnico-institucional do projeto 2. Criação da incubadora de projetos criativos 3. Criação do “passaporte das profissões” 4. Monitorização e avaliação 	
Grupo-alvo (beneficiários)	Comunidade em geral / famílias do município de Albufeira Jovens em risco de insucesso e exclusão social e profissional Jovens NEET Associações de pais Serviços públicos da autarquia e serviços da administração central descentralizada na área da infância e juventude IPSS's Equipas dos projetos em curso no município	
Promoção e Governação	Entidade Promotora	CMA/ Agrupamentos Escolares de Albufeira / IIEFP / CPCJ
	Entidades Parceiras	Parceiros da Rede Social
Horizonte temporal	Data de Inicio	Data de Término
	2017	2021
Avaliação de Impacto (Indicadores)	Grau e empregabilidade dos jovens referenciados Capacitação e qualificação técnica e profissional adquirida pelos jovens Nível de retorno à escolarização	
Resultados Esperados	Implementação posterior das medidas ativas de emprego Recomeço da escolarização dos jovens referenciados Projetos artísticos implementados em Albufeira pelos jovens	
Recursos a mobilizar (linhas de financiamento)	CRESC Algarve 2020 Programas nacionais e comunitários e financiamento	

Tabela 17. Ficha de Ações do Projeto

Projeto – Ficha de Ações			
Ações	Designação	Descritivo	Entidade promotora
1	Montagem técnico-institucional da rede colaborativa	Organização da equipa, captação de recursos e planeamento	CMA Agrupamentos Escolares IEFP CPCJ
2	Criação da incubadora de projetos criativos	Criação de equipa técnica interinstitucional que operacionalize a incubação de projetos jovens	IPSS's Agrupamentos Escolares CMA
3	Criação do “passaporte das profissões	Criação em conjunto com as empresas de um percurso e micro experiencias “Passaporte das profissões”	Serviços públicos na área da infância e juventude
4	Monitorização e avaliação	Acompanhamento e assessoria técnica ao projeto	CMA

2.3. Cidadania e Comunidade Inclusiva

Num município marcado pela diversidade e heterogeneidade da sua população, a necessidade de identidade partilhada e enraizamento social é um dos fatores determinantes da sua dinâmica social.

Nesta perspetiva, a mobilização da comunidade para a participação cívica e cidadã poderá constituir a ferramenta da construção dessa comunidade, socialmente mais coesa, solidária e inclusiva, como marca estratégica de Albufeira.

O contributo da coesão social para a competitividade económica é, noutros municípios mais difuso e impercetível. Mas em Albufeira este poderá vir a ser um dos fatores centrais dessa competitividade, ao associar à procura do concelho, como destino de lazer e fruição, a segurança, o bem-estar social, o sentimento de abertura e a aceitação das diferenças culturais num clima cooperante.

A cidadania ativa é já uma marca distintiva do concelho pelos eventos de cariz comunitário e de envolvimento da população que são realizados em Albufeira.

A temática do envelhecimento ativo e saudável cruza, de forma pertinente, com esta estratégia, pelo facto de o fator chave deste processo de envelhecimento se relacionar com o sentimento de perda de um papel social ativo e reconhecido pela comunidade. Os seniores ativos, erradamente associados à velhice pelo facto de ultrapassarem a barreira etária dos 65 anos, são o veículo fundamental de reativação de espaços de participação e de envolvimento na comunidade, pela situação de isolamento e, de exclusão que se encontram e ainda pelo facto de acumularem disponibilidade com capacidade e experiência.

Aproveitando o trabalho realizado em Albufeira com os jovens, poder-se-ia direccionar esta intervenção para a dimensão participativa e cidadã nas escolas, nas atividades de tempos livres e na vida comunitária em geral.

A participação cidadã não se traduz em eventos esporádicos, necessitando de continuidade, estruturas formais de exercício da cidadania e opções claras da comunidade em relação ao reconhecimento e à partilha de decisão que a participação implica.

A cidadania inclusiva deverá constituir uma marca reconhecível em Albufeira, como aposta do desenvolvimento social, associado ao desenvolvimento económico e do território em geral.

Agenda de Prioridades Estratégicas nesta área temática ficará definida como:

Tabela 18. Agenda de Prioridades Estratégicas

Áreas de Intervenção	Tipologias de Intervenção – Ações tipo
2.3.1. Albufeira concelho de bem-estar social e cidadania ativa	Ações de literacia para a saúde e para a promoção do envelhecimento saudável Criação de espaços e mecanismos institucionais de participação e de envolvimento da comunidade Voluntariado e ações de mobilização comunitária Ações de promoção de estilos de vida saudável e de prevenção de comportamentos de risco
2.3.2. Suporte à vulnerabilidade e emergência social	Mecanismos de ativação de recursos para a emergência social Bancos de recursos Equipa interinstitucional coordenada
2.3.3. Comportamentos socialmente responsáveis	Prevenção de comportamentos de risco Valorização da diversidade cultural Ações de partilha e aprendizagem intercultural

2.3.1. Eixo de Intervenção - Bem-estar Social e Cidadania Ativa

A participação cívica e comunitária tem maior relevância social nos grupos em que é mais significativa como mecanismo de inclusão. É o caso dos seniores, muitos deles socialmente isolados sem acesso à intervenção na comunidade em que se inserem.

Segundo dados do diagnóstico social o universo de maiores de 65 anos no concelho de Albufeira é de 5507 indivíduos (> 65 anos) dos quais 2474 do sexo masculino e 3033 do sexo feminino. O Gabinete Sénior da Câmara Municipal de Albufeira, realizou um levantamento e detetou que, entre outros dados relevantes, 93% refere que gosta de viver na freguesia onde reside, 3% considera-se mais ou menos satisfeito e 3% refere não gostar de residir na sua freguesia. Em termos gerais existe uma sensação de bem-estar social mas quando confrontados com a sua participação em “atividades organizadas nos últimos seis meses apenas 11% dos inquiridos referem que participaram” nas atividade disponibilizadas pela “junta de freguesia, pela câmara municipal ou por outra instituição”. (Censos do Gabinete Sénior da Câmara Municipal de Albufeira, 2015)

Esta, relativamente baixa, taxa de participação permite-nos afirmar que existe um elevado potencial de participação por concretizar, eventualmente alargando a oferta a outras tipologias de participação e com outro enquadramento técnico e pedagógico.

Bolsa de Projetos

Fundamentação

A cidadania ativa e a participação da comunidade na dinâmica social do concelho deverá constituir a sua marca de coesão e bem-estar social no contexto nacional e internacional em que se insere.

As duas grandes aprendizagens do envelhecimento saudável e ativo por parte dos seniores e da responsabilidade cidadã para os jovens serão os veículos de concretização dessa estratégia.

Tabela 19. Projeto Ativação da Participação Jovens e Idosos

Designação do Projeto	Ativação da participação Jovens e idosos	
Lógica de intervenção	Criação de incentivos a mecanismos e participação. O envelhecimento ativo visto como processo integral de saúde física, psicológica e social no que diz respeito à cidadania plena e ativa	
Objetivo Estratégico	Até final de 2021 é referenciado como um território de segurança, coesão social e bem-estar social	
Objetivos Específicos	Até final de 2021 Albufeira o envelhecimento ativo e os jovens são atores chave da cidadania responsável no concelho	
Componentes Chave da Intervenção – Ações-tipo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Montagem técnico-institucional do projeto 2. Fórum sénior de Albufeira 3. Escola da cidadania jovem 4. Monitorização e avaliação 	
Grupo-alvo (beneficiários)	Comunidade em geral / famílias do município de Albufeira Seniores ativos de Albufeira Jovens entre os 13 e os 18 anos IPSS's Equipas dos projetos em curso no município	
Promoção e Governação	Entidade Promotora Entidades Parceiras	CMA Grupo interinstitucional de trabalho na temática dos Idosos Projetos em curso no concelho com os jovens Agrupamentos escolares, IPSS's, Parceiros da Rede Social
Horizonte temporal	Data de Início 2017	Data de Término 2021
Avaliação de Impacto (Indicadores)	Imagem percecionada de Albufeira como concelho de dinâmica social participativa, território seguro e socialmente coeso Reconhecimento social dos seniores e jovens do concelho como promotores da cidadania responsável Disseminação de cultura de prevenção no envelhecimento ativo	
Resultados Esperados	Fóruns de idosos implementados Participação jovem implementada em projetos específicos	
Recursos a mobilizar (linhas de financiamento)	CRESC Algarve 2020 Programas nacionais e comunitários e financiamento	

Tabela 20. Ficha de Ações do Projeto

Projeto – Ficha de Ações			
Ações	Designação	Descritivo	Entidade promotora
1	Montagem técnico-institucional da rede colaborativa	Organização da equipa, captação de recursos e planeamento	CMA Agrupamentos Escolares IEFP CPCJ
2	Fórum sénior de Albufeira	Criação sob o formato de projetos específicos e formatos participativos no campo do envelhecimento ativo e da participação jovem	IPSS's
3	Escola da cidadania jovem		Agrupamentos Escolares CMA Serviços públicos na área da infância e juventude
4	Monitorização e avaliação	Acompanhamento e assessoria técnica ao projeto	CMA

2.3.2. Eixo de Intervenção - Resposta à Vulnerabilidade Social

O concelho de Albufeira detém uma rede institucional que cobre o território na resposta à vulnerabilidade social e à exclusão em situação de crise familiar, risco ou perigo iminente e emergência social.

Sintetizamos algumas dessas instituições, tal como foram sistematizadas no Diagnóstico Social de Albufeira:

C.A.S.A

- Distribuição de refeições e géneros alimentares, 365 noites por ano. Tal apenas é possível devido à preciosa colaboração e contribuição de restaurantes, hotéis e hipermercados que fornecem a comida sem contrapartida;
- Distribuição de cabazes de alimentos, mensais e semanais para agregados familiares.

Ação Social Municipal da CMA

A Ação Social tem como objetivos primordiais a prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade socioeconómica, de dependência, de disfunção, de exclusão e vulnerabilidades sociais, bem como a integração e promoção comunitária de pessoas e o desenvolvimento das suas capacidades. A Ação Social assegura especial proteção aos grupos mais vulneráveis, nomeadamente, crianças, jovens, pessoas com deficiência, idosos e pessoas em situação de carência económica e social. Os objetivos da Ação Social concretizam-se através de serviços e equipamentos sociais,

programas de combate à pobreza, disfunção, marginalização e exclusão sociais, através de prestações pecuniárias e em espécie.

Gabinete da Família

O Gabinete da Família de Albufeira (GAF) tem como objetivo geral promover a integração e a qualidade de vida dos munícipes, sobretudo no que diz respeito ao seu bem-estar Psicossocial.

O projeto de criação do Gabinete da Família surge no sentido de colaborar com as famílias na prossecução das suas responsabilidades, colaborando com elas no encontro das respostas adequadas para os seus desafios. Os objetivos passam por cooperar com as famílias na procura de respostas adequadas, nomeadamente: no processo de educação dos filhos, no desenvolvimento da capacidade de comunicação dentro da família e no aumento das competências parentais para a minimização de determinados desafios familiares.

Juntas de Freguesia do concelho

As juntas de freguesia do concelho, apoiam os cidadãos da respetiva área de residência, a vários níveis, entre os quais: distribuição de cabazes alimentares, comparticipação financeira nas necessidades ao nível da saúde (prótese dentárias, aquisição de óculos, cedência de transporte para consultas médicas).

Santa Casa da Misericórdia de Albufeira

O **Gabinete de Inserção Social** foi criado em Julho de 2012, com o objetivo de garantir apoio habitacional, social, profissional, saúde entre outras. Pretende informar, acompanhar, encaminhar e dar resposta a indivíduos/ famílias residentes no concelho de Albufeira, que se encontram numa situação de fragilidade social, tendo um atendimento personalizado.

A **Loja Social** tem como objetivo fornecer roupas, calçado, mantas, toalhas, artigos de decoração, brinquedos. Venda a baixo custo para angariação de fundos. Destinado a Famílias / indivíduos em situação de carência económica do concelho de Albufeira.

A **Cantina Social** tem como objetivo fornecer refeições a famílias/indivíduos economicamente desfavorecidos, enquadrada no Protocolo de Colaboração no âmbito da Convenção da Rede Solidária de Cantinas Sociais para o Programa de Emergência Alimentar (PEA), entre o Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS) e a Instituição.

A.H.S.A. – Associação Humanitária Social Albufeira

Esta Associação desenvolve as seguintes atividades: Apoio a crianças e jovens; Apoio à família; Apoio à integração social e comunitária; Proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho.

APEXA – Associação de Apoio a Pessoas Excepcionais do Algarve

A Associação tem como objectivo contribuir para a inclusão da pessoa excepcional nas mais diversas áreas - educação, formação, saúde, reabilitação, trabalho e desporto - promovendo o direito à igualdade de oportunidades com vista ao exercício pleno da cidadania.

Centro Paroquial de Paderne

É uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, que tem como objetivo dar assistência e apoio um vasto grupo de pessoas, desde a primeira infância à terceira idade, por meio de respostas sociais, tendo sempre presente a natureza unitária, global da pessoa humana e o respeito pela sua dignidade; o aperfeiçoamento espiritual, moral, social e cultural da comunidade; a sua participação ativa na resolução das próprias carências e na elevação do nível de vida da população; o espírito de convivência e solidariedade social como fator decisivo do trabalho em comum para a valorização integral dos indivíduos, das famílias e demais agrupamentos da comunidade.

Fundação António Silva Leal

O **Refeitório Social “O Búzio”**, criado em Julho de 1996, tem como objetivo constituir um apoio social de primeira linha a pessoas e grupos em situação de extrema carência económica, que por motivo de ordem económica, social, cultural ou outro impedimento, não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas.

Para assegurar e garantir a satisfação das necessidades básicas e reais de cada utente, o Refeitório Social tem como objetivo prestar alguns serviços adequados e direcionados às mesmas, nomeadamente, garantir alimentação, através do fornecimento de refeições confeccionadas e fornecimento de géneros alimentares; serviços de higiene pessoal, através da cedência de um balneário e produtos de higiene, e distribuição de vestuário e calçado. A presente prestação de serviços é realizada diariamente, sete dias por semana.

A resposta social de **Atendimento Psicossocial** está interligada à resposta social de Refeitório Social e objetivos acima descritos. Esta tem como objetivo primordial atender e acompanhar os utentes encaminhados para o Refeitório Social, procurando estabelecer um processo de comunicação com os mesmos, que permita identificar, diagnosticar, analisar e avaliar domínios, contextos, situações,

problemas e comportamentos sobre os quais será necessário intervir, visando a realização e concretização de um projeto de vida coeso e de inclusão social.

Funciona como apoio e suporte na integração social do utente, através da promoção da autonomia e/ou emancipação e na articulação com os serviços da comunidade, de forma a permitir uma intervenção adequada às situações.

Cantina Social:

O XIX Governo Constitucional definiu no seu programa, como um dos seus objetivos estratégicos, um amplo modelo de inovação social, que permitisse dar auxílio e resposta a situações de grave carência social e económica.

Neste sentido é criado o PEA inserido na Rede Solidária de Cantinas Sociais, que permite garantir aos indivíduos e famílias que mais necessitam, o acesso gratuito a refeições diárias, cujo número, dado a sua duração anual e natureza transitória, será definido de acordo com as características específicas do equipamento social que o vai operacionalizar, mas que terá como referencial 80 a 100 refeições diárias, que se destinarão preferencialmente, a consumo externo/domicílio.

Foi neste contexto que no dia 01 de Junho de 2012, a Fundação António Silva Leal celebrou o Protocolo de Colaboração no âmbito da convenção da Rede Solidária de Cantinas Sociais, com o Instituto de Segurança Social, I.P. – Centro Distrital de Faro.

A Fundação António Silva Leal, tem uma Resposta social que visa apoiar as pessoas e as famílias, residentes numa determinada área geográfica, na prevenção e/ou reparação de problemas geradores ou gerados por situações de exclusão social e, em certos casos, atuar em situações de emergência. A Resposta tem como objetivos: Informar, orientar e encaminhar; Apoiar pessoas e famílias em situação de dificuldade e/ou emergência social; Assegurar o acompanhamento social dos indivíduos e famílias no desenvolvimento das suas potencialidades, contribuindo para a sua autonomia, auto-estima e gestão do seu projeto de vida; Mobilizar recursos adequados à progressiva autonomia pessoal, social e profissional; Prevenir situações de exclusão; Dotar as pessoas e famílias dos meios e recursos que possibilitem planear a sua vida de forma organizada e autónoma.

Instituições que promovem **Apoio Social sem Acordos** com o Instituto de Segurança Social, I.P. – Centro Distrital de Faro:

- Conferência Beato Vicente de Albufeira

Esta conferência, que pertence à Paróquia de Albufeira, tem como objectivo apoiar os agregados familiares nas áreas de alimentação (cabaz de alimentos), e outros apoios esporádicos de ação social como pagamento de transporte para consultas, pagamento de despesas diversas e urgentes;

- Conferência São José de Ferreiras

Esta conferência, que pertence à Paróquia das Ferreiras, tem como objectivo apoiar os agregados familiares em alimentação, transportemos a consultas e atendimento social para aconselhamento sobre problemas familiares.

– **Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Ferreiras** – Estrutura Operacional de Emergência em Lagoas / Ferreiras, conta com os seus colaboradores, independentes e ainda com um corpo de voluntários das mais diversas áreas profissionais,

O concelho conta ainda com o serviço de atendimento da **Ação Social da Segurança Social /Centro Distrital de Faro**.

O patamar seguinte à cobertura do território com respostas de emergência e de intervenção na vulnerabilidade social, complementares às respostas sociais tipificadas, é a criação de uma rede efetiva de apoio que coordene e planeie um conjunto as etapas do processo: captação e gestão dos recursos, verificação das necessidades e atribuição de apoios, acompanhamento e monitorização da evolução dos agregados e familiares e indivíduos apoiados.

Bolsa de Projetos

Fundamentação

Otimização das respostas institucionais existentes na intervenção na vulnerabilidade social em Albufeira. Desenvolvimento e ferramentas de gestão e coordenação em rede. Alargamento da capacidade de oferta de bens e serviços de intervenção na emergência social.

Tabela 21. Projeto Rede de Resposta à Emergência Social

Designação do Projeto	Rede de resposta à emergência social	
Lógica de intervenção	Coordenação das respostas institucionais no terreno com a consolidação da rede de emergência	
Objetivo Estratégico	Até final de 2021 Albufeira tem uma rede de resposta à emergência social de referência a nível nacional	
Objetivos Específicos	Até final de 2021 existe uma rede de emergência social interinstitucional em Albufeira	
Componentes Chave da Intervenção – Ações-tipo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Montagem técnico-institucional do projeto 2. Criação da equipa interinstitucional de intervenção social 3. Criação de bancos de bens e recursos em rede 4. Criação da Plataforma informática de gestão em rede da emergência social 5. Monitorização e avaliação 	
Grupo-alvo (beneficiários)	Comunidade em geral / famílias do município de Albufeira Famílias e indivíduos em situação e vulnerabilidade social Equipas dos projetos em curso no município Instituições públicas e privadas com intervenção social	
Promoção e Governança	Entidade Promotora	Núcleo executivo da rede social
Horizonte temporal	Entidades Parceiras	Parceiros da Rede Social
	Data de Início	Data de Término
	2017	2021
Avaliação de Impacto (Indicadores)	Redução de risco e minimização de danos nas situações de vulnerabilidade social Garantia de um patamar mínimo de bem-estar em situações de vulnerabilidade social Criação e um nível adequado e resolução de necessidades básicas que potenciem o processo de inclusão social	
Resultados Esperados	Rede de bancos de bens disponíveis para as necessidades sociais de emergência em Albufeira	
Recursos a mobilizar (linhas de financiamento)	CRESC Algarve 2020 Programas nacionais e comunitários e financiamento	

Tabela 22. Ficha de Ações do Projeto

Projeto – Ficha de Ações			
Ações	Designação	Descritivo	Entidade promotora
1	Montagem técnico-institucional da rede colaborativa	Organização da equipa, captação de recursos e planeamento	Núcleo executivo da rede social
2	Criação da equipa interinstitucional de intervenção social	Definição do caderno de encargos e da metodologia de implementação	Instituições parceiras da rede social de Albufeira
3	Criação de bancos de bens e recursos em rede	Criação dos bancos de bens em rede	
4	Criação da Plataforma informática de gestão em rede da emergência social	Implementação das ferramentas de gestão em rede e equipa multidisciplinar	CMA
5	Monitorização e avaliação	Acompanhamento e assessoria técnica ao projeto	CMA

2.3.3. Eixo de Intervenção - Valorização da Diversidade Cultural e Cidadania Responsável

Albufeira é um concelho intercultural com as vantagens e riscos associados a esta especificidade. A criação do Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM), na Divisão de Educação e Ação Social, com objetivo de apoiar os imigrantes com informação e orientação no trabalho, educação e saúde, entre outras questões. Identifica como principais necessidades a informação quanto à legalização, orientação nos serviços e oportunidades de emprego e a interpretação da legislação.

No concelho de Albufeira, com cerca de 40 357 habitantes, residem cerca de 9 973 estrangeiros (900 com visto de residência e 9073 com estatuto de residente). Aqui a comunidade estrangeira mais significativa é a brasileira com 1599 indivíduos, seguida da inglesa, com 1 247 indivíduos. A comunidade dos PALOP conta com 371 indivíduos (268 de Cabo Verde, 89 de Angola e 14 de São Tomé e Príncipe. (INE, 2015; Município de Albufeira, 2017).

A integração dos imigrantes é um desafio para a coesão social do concelho mas poderá ser vista também como um fatores de desenvolvimento e competitividade. A dinamização da comunidade através da fusão de culturas e de aprendizagens interculturais, poderá contribuir para a identidade social de Albufeira com um exemplo de sucesso na integração e mobilização dos imigrantes para um projeto comum.

A coesão social e cultural exerce um efeito dissuasor nos comportamentos de risco, regulando positivamente os consumos de substâncias aditivas, no exercício da parentalidade desestruturada, como vimos.

A interculturalidade, com a aprendizagem no ambiente escolar, da aceitação da diferença, da criação de relação e aprendizagem mútua, é um excelente veículo para a emergente criação de uma cultura transversal de valores positivos, como cimento da identidade do concelho e fator preventivo dos comportamentos de risco e perigo de exclusão de grupos e de indivíduos.

Os comportamentos de risco associados às dependências e consumos de substâncias aditivas são a consequência da inexistência de respostas preventivas adequadas. O exercício da cidadania pressupõe a aprendizagem do “outro” como parte integrante do próprio desenvolvimento. A prevenção de comportamentos de risco deverá começar pelo exercício da responsabilidade perante a diferença e o futuro comum a construir no concelho.

Bolsa de Projetos

Fundamentação

A disseminação no concelho de práticas interculturais organizadas e sistematizadas, tendo por base as diferenças culturais, associadas a mecanismos de participação cívica e à indústria turística, poderão tornar Albufeira num espaço de inovação na abordagem integradora pela cultura, e de responsabilidade cívica da interculturalidade.

Tabela 23. Projeto Academia Intercultural de Albufeira - Mentres ativas - Valores positivos

Designação do Projeto	Academia Intercultural de Albufeira - Mentres ativas - Valores positivos	
Lógica de intervenção	Mobilização da interculturalidade como marca cultural de Albufeira. Consolidação do destino Albufeira como comunidade criativa e convival na diversidade cultural	
Objetivo Estratégico	Até final de 2021 Albufeira afirma a diversidade cultural da comunidade de residentes como um ativo económico e social	
Objetivos Específicos	Até final de 2021 Albufeira é reconhecida como concelho da inclusão pela interculturalidade	
Componentes Chave da Intervenção – Ações-tipo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Montagem técnico-institucional do projeto 2. Ações de partilha e aprendizagem intercultural 3. Criação de oferta intercultural organizada 4. Ligação entre o sistema de ensino e as práticas culturais de imigrantes e não imigrantes no concelho 5. Monitorização e avaliação 	
Grupo-alvo (beneficiários)	Comunidade em geral / famílias do município de Albufeira Comunidade de imigrantes do concelho Jovens Serviços públicos da autarquia e serviços da administração central descentralizada na área da infância e juventude IPSS's Equipas dos projetos em curso no município	
Promoção e Governação	Entidade Promotora	CMA (GI/CLAI)/ Agrupamentos escolares ACES/CRI / CPCJ
	Entidades Parceiras	Parceiros da Rede Social
Horizonte temporal	Data de Início	Data de Término
	2017	2021
Avaliação de Impacto (Indicadores)	Índice de dependências no concelho Sustentabilidade social e económica das atividades interculturais Nível de inclusão social da comunidade imigrante Valorização social das comunidades imigrantes, no concelho.	
Resultados Esperados	Oferta intercultural estruturada e de qualidade Sucesso escolar Dinâmica da indústria cultural no concelho	
Recursos a mobilizar (linhas de financiamento)	CRESC Algarve 2020 Programas nacionais e comunitários e financiamento	

Tabela 24. Ficha de Ações do Projeto

Projeto – Ficha de Ações			
Ações	Designação	Descritivo	Entidade promotora
1	Montagem técnico-institucional da rede colaborativa	Organização da equipa, captação de recursos e planeamento	CMA (GI/CLAI)
2	Ações de partilha e aprendizagem intercultural	Criação e micro projetos interinstitucionais Criação de micro negócios associados às culturas existentes	Agrupamentos Escolares Associação de Pais Associações de Imigrantes
3	Criação de oferta intercultural organizada	Criação de Plataforma de Coordenação das iniciativas interculturais	CMA IEFP CPCJ
4	Ligação entre o sistema de ensino e as práticas culturais de imigrantes e não imigrantes no concelho	Criação de evento Intercultural de projeção nacional	IPSS's Associações Agrupamentos Escolares Associação de Pais Associações de Imigrantes
5	Monitorização e avaliação	Acompanhamento e assessoria técnica ao projeto	CMA

3. Carta de Equipamentos e Respostas Sociais de Albufeira

A rede de respostas e equipamentos sociais é um dos fatores de competitividade territorial, dado que representa uma componente chave de qualificação do território, de atração e fixação da população, de coesão e de equidade social.

3.1. Caracterização da Rede

3.1.1. Infância e Juventude

Grupo de Apoio à Saúde Mental Infantil (GASMI): Resposta facultada pela área da saúde, através da Unidade de Cuidados na Comunidade, dirigida a crianças dos 3 aos 12 anos de idade, que manifestam alterações de comportamento, emocionais e/ou sociais clinicamente significativas e comprometedoras da sua saúde mental.

Trata-se de uma equipa multiprofissional (nas áreas de medicina, enfermagem, serviço social, psicologia, terapia da fala e terapia ocupacional) que realiza supervisão com o Pedopsiquiatra Augusto Carreira do Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE/Hospital D.^a Estefânia (Clínica do Parque).

As crianças são referenciadas pelo médico de família/recurso (USF/UCSP).

Crianças e Jovens

A dinâmica demográfica positiva, em Albufeira, observa-se pela lista de espera em algumas instituições com resposta de Creche, manifestando uma grande procura em Albufeira.

Embora a capacidade não seja plenamente utilizada, verifica-se que o número de acordos de cooperação são inferiores ao número de utentes, , , verificando-se a necessidade no alargamento do número desses mesmos acordos.

Tabela 25. Creche¹

Instituição		Capacidade	Utentes	Vagas
Fundação António Silva Leal	c/ acordo de coop.	82	82	0
Creche "Os Amendoinhas"	s/ acordo de coop.	26	18	8
Fundação António Silva Leal	c/ acordo de coop.	25	25	0
Centro Infantil "O Búzio"	s/ acordo de coop.		n.a.	
SCMA - Pedra de Escorregar - Tempos de Infância	c/ acordo de coop.	45	45	0
	s/ acordo de coop.		n.a.	
SCMA - Centro Infantil Quinta dos Pardais	c/ acordo de coop.	67	67	0
	s/ acordo de coop.	17	8	9
CPP - Centro Social Quinta da Palmeira	c/ acordo de coop.	55	55	0
	s/ acordo de coop.	14	14	0
CPP - Creche São José	c/ acordo de coop.	30	30	0
	s/ acordo de coop.	12	5	7
CPP - Centro Comunitário de Paderne	c/ acordo de coop.	45	45	0
	s/ acordo de coop.	29	1	28
Academia dos Marinheiros	c/ acordo de coop.		n.a.	
	s/ acordo de coop.	67	67	0
Jardim de Infância Grãozinho de Areia	c/ acordo de coop.		n.a.	
	s/ acordo de coop.	38	33	5
Creche O Barquinho Dourado	c/ acordo de coop.		n.a.	
	s/ acordo de coop.	40	20	20
A Turma dos Traquinas	c/ acordo de coop.		n.a.	
	s/ acordo de coop.	20	18	2
O Jardim dos Palhacinhos	c/ acordo de coop.		n.a.	
	s/ acordo de coop.	33	28	5

No que diz respeito à Educação Pré-Escolar (EPE) no concelho de Albufeira não existe lista de espera, de acordo com a tabela que se apresenta.

Tabela 26. Estabelecimento de Educação Pré-escolar

Instituição/Entidades		Capacidade	Utentes/Alunos	Vagas	Lista de Espera
Centro Infantil "O Búzio"	c/ acordo de coop.	90	90	0	Não
Albufeira - FASL	s/ acordo de coop.	15	0	15	Não
Centro Infantil Quinta dos Pardais - SCMA	c/ acordo de coop.	50	50	0	Sim
	s/ acordo de coop.		n.a.		
Academia dos Marinheiros	c/ acordo de coop.		n.a.		
	s/ acordo de coop.	50	50	0	Não
Jardim de Infância Grãozinho de Areia	c/ acordo de coop.		n.a.		
	s/ acordo de coop.	50	50	0	Não
A Turma dos Traquinas	c/ acordo de coop.		n.a.		
	s/ acordo de coop.	29	22	7	Não
Jardim Infantil da Coop. Trabalhadores da CMA	c/ acordo de coop.		n.a.		
	s/ acordo de coop.	24	24	0	Não
J.I. dos Caliços	Sistema Ensino Publico	150	145	5	Não
J.I. da Correeira	Sistema Ensino Publico	125	120	5	Não
J.I. de Vale Pedras	Sistema Ensino Publico	100	94	6	Não
J.I. de Vale Rabelho	Sistema Ensino Publico	50	50	0	Não
J.I. da Guia	Sistema Ensino Publico	75	73	2	Não
J.I. de Paderne	Sistema Ensino Publico	100	83	17	Não
J.I. de Ferreiras	Sistema Ensino Publico	150	142	6	Não
J.I. de Vale Serves	Sistema Ensino Publico	75	69	6	Não
J.I. de Vale Carro	Sistema Ensino Publico	50	39	11	Não
J.I. de Olhos d'água	Sistema Ensino Publico	100	82	18	Não

¹ Destinadas a receber crianças com idades compreendidas entre os 4 e os 36 meses de idade

Tabela 27. Estabelecimento de Ensino Básico e Secundário

Agrupamento (AE)	Escolas	1ºCiclo	2ºCiclo	3ºCiclo	E. Sec.
Albufeira Poente	ES de Albufeira (Escola sede)	0	0	0	958
	EB de D. Martim Fernandes	0	175	231	0
	EB n.º 1 de Albufeira	102	0	0	0
	EB de Vale de Parra	103	0	0	0
	EB Sesmarias	46	0	0	0
	EB de Guia	100	113	156	0
Ferreiras	EB de Ferreira (Escola sede)	204	150	157	0
	EB de Paderne	113	59	93	0
	EB Prof.ª Diamantina Negrão	0	234	244	0
	EB de Brejos	85	0	0	0
	EB de Fontainhas	118	0	0	0
	EB de Vale Carro	89	0	0	0
	EB de Olhos de Água	133	0	0	0
Albufeira	EBS de Albufeira (Escola sede)	0	0	327	320
	EB Dr. Francisco Cabrita	0	349	213	0
	EB de Caliços	199	0	0	0
	EB da Correeira	266	0	0	0
	EB Vale de Pedras	270	0	0	0

Ofertas Educativas e Formativas

O concelho de Albufeira dispõe de uma rede escolar pública constituída por 3 Agrupamentos de Escolas (AE), uma Escola Profissional Privada, um Centro de Formação Profissional (CFP), e um Conservatório de Música:

Agrupamentos de Escolas de Albufeira - Oferta Educativa e Formativa 2016/2017.		
AE de Albufeira	AE de Albufeira Poente	AE de Ferreiras
1 turma de Curso de Educação e Formação (CEF) de 3º Ciclo	1 turma de CEF, de 3º Ciclo	1 turma de CEF, do 2º Ciclo
1 turma de Curso Vocacional (CV) de 3º Ciclo;	1 turma de CV, de 3º Ciclo;	1 turma de CEF , do 3º Ciclo
1 turma de CV do Ensino Secundário;	1 turma de Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF), de 2º e 3º Ciclos.	1 turma de CV, do 3º Ciclo.
1 turma de Ensino Profissional.	1 turma CV de Ensino Secundário.	
	10 turmas de Ensino Profissional.	

Escola Profissional Agostinho Roseta, 141 alunos

Oferta educativa e formativa

1 turma do 1º ano

3 turmas do 2º ano

2 turmas do 3ºano.

Conservatório de Albufeira, lotação máxima 35 alunos em simultâneo, ministra curso básico de Música.

Centro de Formação – Bússola

1 turma de aprendizagem, 2.º ano

Crianças e Jovens em Situação de Risco

O Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) de Albufeira é um serviço de apoio especializado às famílias com crianças e jovens, vocacionado para a prevenção e reparação de situações de risco psicossocial mediante o desenvolvimento de competências parentais, pessoais e sociais das famílias. O CAFAP tem um elevado potencial de crescimento podendo ser, eventualmente, reconfigurado para aproveitar toda a sua capacidade enquanto recurso fundamental na intervenção parental.

Tabela 28. Centro de Apoio Familiar e Acolhimento Parental – CAFAP / Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial²

Instituição/Entidade		Capacidade	Utentes	Vagas
SCMA - CAFAP	c/ acordo de coop.	77	70	7
	S/ acordo de coop.	23	0	23
CMA – GPNSE (Apoio Psicológico)	-	-	24	-
CMA – GPNSE (Terapia da Fala)	-	-	25	-
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	-	-	210	-

A resposta de Lar de Infância e Juventude tem gestão supra concelhia pelo que não reflete apenas a procura em Albufeira mas, ainda assim, tem lista de espera o que demonstra a sua qualidade.

Tabela 29. Casas de Acolhimento de Infância e Juventude³

Instituição		Capacidade	Utentes	Vagas
SCMA – Casa de Acolhimento de Crianças - Os Pirlampos	c/ acordo de coop.	17	17	0
	s/ acordo de coop.	39	0	39
SCMA – Casa de Acolhimento de Jovens - A Gaivota	c/ acordo de coop.	46	46	0
	s/ acordo de coop.	-	-	-

Crianças e Jovens com Deficiência

No âmbito da Intervenção Precoce (IP) . a Equipa Local de Intervenção (ELI) de Loulé desenvolve a sua atividade no âmbito territorial dos concelhos de Albufeira e Loulé, através de uma ação coordenada pelos Ministérios da Saúde, da Educação e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, representados em Albufeira, pelo , Centro de Saúde de Albufeira, pelo AE de Albufeira e pela APEXA e, respetivamente. A equipa é composta pelas seguintes áreas de especialidade: medicina, enfermagem, terapia ocupacional, terapia da fala, fisioterapia, psicologia, serviço social e docentes de educação especial. O acesso a esta equipa é efectuado no Centro de Saúde.

Abrange crianças entre os 0 e os 6 anos com alterações nas funções ou estruturas do corpo ou com grave risco de atraso de desenvolvimento, que limitem a sua participação nas atividades típicas para a sua idade. As medidas de apoio são centradas na família, com o envolvimento da comunidade.

A referenciação de crianças à intervenção precoce pode ser efetuada por qualquer entidade ou cidadão.

² Qualificação familiar mediante a aquisição e o fortalecimento de competências parentais nas diversas dimensões da vida familiar. Preservação familiar; Reunificação familiar; Ponto de Encontro Familiar.

³ Acolhimento de crianças e jovens, de ambos os sexos, no sentido de lhes proporcionar estruturas de vida tão aproximadas quanto possível às da família, com vista ao seu desenvolvimento global e à sua inserção na sociedade.

Tabela 30. Intervenção Precoce

Instituição	Capacidade	Utentes	Acordo	Lista de Espera
APEXA	30	30 Crianças e famílias	30	Não

3.1.2. População Adulta

A Equipa de Cuidados Continuados Integrados (ECCI) de Albufeira constitui uma resposta facultada pela saúde, através da Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC), dirigida aos cidadãos inscritos nas unidades de saúde do concelho, que independentemente da sua idade se encontrem em situação de dependência. O cidadão que apresente critérios (definidos de acordo com a legislação em vigor) e que se encontre no domicílio pode ser referenciado pela equipa de saúde. A ECCI, como equipa multidisciplinar tem capacidade para prestar apoio a 75 utentes.

A Unidade de Longa Duração e Manutenção (ULDM) de Albufeira é uma unidade de internamento, de carácter temporário, com espaço físico próprio, para prestar apoio social e cuidados de saúde de manutenção a pessoas com doenças ou processos crónicos, com diferentes níveis de dependência e que não reúnam condições para serem cuidadas no domicílio, prevenindo e retardando o agravamento da situação de dependência, favorecendo o conforto e a qualidade de vida, por um período de internamento superior a 90 dias consecutivos. A ULDM pode proporcionar o internamento, por período inferior ao previsto anteriormente, em situações temporárias, decorrentes de dificuldades de apoio familiar ou necessidade de descanso do principal cuidador, até 90 dias por ano. A referenciação para esta Unidade é sempre feita pelo médico de família ou pela equipa de gestão de altas do hospital.

O agrupamento de Centros de Saúde (ACES) do Algarve I Central dispõe no concelho de Albufeira de três Unidades de Saúde: A Unidade Cuidados Saúde Familiar (USF) destinada aos 9500 utentes inscritos; a Unidade Cuidados Saúde Personalizados (UCSP) destinada a todos os utentes inscritos com e sem médico de família atribuído; e a Unidade Cuidados na Comunidade destinada à toda a população inscrita na USF e na UCSP.

Tabela 31. Algarve_ Unidade de Longa Duração e Manutenção

Instituição	Capacidade	Utentes	Acordo	Lista de Espera
Fundação António da Silva Leal	20	20	20	n.a.

A ULDM de Albufeira tem o número de utentes de acordo com o protocolo e a capacidade instalada.

Pessoas Adultas com Deficiência

Tabela 32. Atendimento, avaliação, acompanhamento e reabilitação da Pessoa com Deficiência⁴

Instituição	Capacidade	Utentes
SCMA - Espaço Bússola – Unidade de Reabilitação Profissional (URP)	24	24
APEXA – Projeto Integração Socio-Profissional	12	7
APEXA – Desporto Adaptado	20	12
APEXA –Atelier de Arte	12	5

Tabela 33. Transporte de Pessoas com Deficiência

Instituição	Capacidade	Utentes	Acordo	Lista de Espera
APEXA	-	3	n.a.	Não

Existe em Albufeira um Lar Residencial que tem como objetivo o acolhimento de jovens e adultos portadores de deficiência, de idade igual ou superior a 16 anos que se encontrem impedidos, temporária ou definitivamente, de residir no seu meio familiar. Destina-se igualmente a jovens que frequentem estruturas de ensino, e ou formação profissional ou que se encontrem abrangidos por programas ou projetos, cujo local de funcionamento não se compatibilize com a respetiva residência. Esta resposta apresenta uma lista de espera de 20 pessoas e não tem capacidade de prestar apoio no caso dos familiares/cuidadores necessitarem de apoio em determinadas situações, tais como em situações de doença ou de necessidade de descanso, o que tem sido sinalizado como uma grande necessidade.

Tabela 34. Lar Residencial para Pessoas com Deficiência⁵

Instituição	Capacidade	Utentes	Acordo	Lista de Espera	
SCMA - Lar Residencial de s.	c/ acordo de coop.	38	38	0	Sim
Vicente	s/ acordo de coop.	-	-	--	n.a.

⁴ Informação, Avaliação, Orientação para a Qualificação e o Emprego (IAOQE) que inclui a prescrição ajudas técnicas; Apoio à colocação (AC); Acompanhamento Pós-colocação (APC); Adaptação de postos de trabalho e eliminação de barreiras arquitetónicas; Emprego apoiado e apoio às empresas e outras entidades empregadoras no domínio da empregabilidade das pessoas com deficiências e incapacidades; Avaliação da capacidade de trabalho de pessoas com deficiências e incapacidades.

⁵ Destina-se a alojar jovens e adultos com qualquer tipo ou grau de deficiência, que se encontrem impedidos, temporariamente ou definitivamente, de residir no seu seio familiar.

Respostas complementares na área da deficiência

O Município de Albufeira, através do Gabinete para Deficiência desenvolve o – Projeto Integrar, o qual consiste no Atendimento/Encaminhamento (16 utentes) e na dinamização de actividades pontuais (“Levantamento de boas e más acessibilidades do concelho”, “ADAPTA-TE”, “Moda In”, “Formação para Auxiliares e Assistentes Técnicos”, “Bengala Branca”).

A Santa da Misericórdia de Albufeira, também tem uma resposta complementar – O centro de Recursos. Esta está credenciada como Centro de Recurso Local do Centro de Emprego de Loulé e do Centro de Emprego de Portimão para as pessoas com deficiência e incapacidades, sendo abrangidas apenas pessoas inscritas para emprego e ou formação, com deficiência das funções mentais das funções auditivas e motoras de grau ligeiro.

Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico

Existem em Albufeira duas respostas integradas de cuidados de saúde e de apoio social para pessoas com doenças mentais ou psiquiátricas em situação de carência e desigualdade socioeconómica, dependência e vulnerabilidade social, as quais têm como objectivos promover a autonomia, a integração social e a saúde:

O Fórum socio-ocupacional, destina-se a jovens e adultos com doença psiquiátrica crónica, grave e estabilizada, com poucas capacidades de se relacionarem e integrarem socialmente.

É uma Unidade de vida apoiada, destinada a Jovens e adultos com doença mental crónica e sem autonomia suficiente para poderem viver sozinhos ou com a família, embora não precisem de intervenção médica psiquiátrica a tempo inteiro.

A lista de espera e encaminhamentos para estas respostas sociais é da responsabilidade da Segurança Social, não tendo a SCMA autonomia na sua gestão.

Tabela 35. Algarve_ Unidade de Vida Apoiada / Fórum Sócio Ocupacional

Instituição	Capacidade	Utentes	Acordo	Lista de Espera
SCMA - Casa da Paz - Fórum Sócio Ocupacional	30	28	30	Não
SCMA – Casa da Paz - Unidade de Vida Apoiada	20	20	20	Sim

Pessoas Idosas

Existem, em Albufeira, além da CMA, várias Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e uma entidade privada a dar resposta nas três áreas de apoio social à população idosa,.

No que respeita à resposta social de Centro de Dia verifica-se que existem vagas por preencher, assim como não apresentam lista de espera. Neste contexto destaca-se a resposta prestada pela AHSA, em que o número de utentes integrados sem acordo de cooperação é 200% superior ao número de utentes em acordo cooperação com a segurança social.

Tabela 36. Centro de Dia ⁶

Instituição		Capacidade	Utentes	Vagas	Lista de Espera
Centro Paroquial de Paderne	c/ acordo de coop.	10	10	0	Não
	S/ acordo de coop.	23	0	23	Não
Fundação António Silva Leal	c/ acordo de coop.	19	12	7	Não
	S/ acordo de coop.	-	-	-	-
AHSA	c/ acordo de coop.	15	15	15	Não
	S/ acordo de coop.	35	31	4	Não
SCMA – O Roseiral	c/ acordo de coop.	15	13	2	Não
	S/ acordo de coop.	30	0	30	Não
Casa de Repouso da Nossa Senhora da Guia	c/ acordo de coop.			n.a.	
	S/ acordo de coop.	15	10	5	Não

Respostas complementares nesta área

O Município de Albufeira, no âmbito do Gabinete Sénior, oferece as seguintes respostas:

1. Acompanhamento Social;
2. Atividades de Animação Socio-cultural, nomeadamente: Ginástica – “Sénior em Movimento”(140 participantes), Dança Criativa (25 participantes), Artes Criativas (24 participantes), Tertúlia Nutricional (7/8 participantes), Grupo de Cantares (25 participantes), Aulas de Inglês (8 participantes).

No que respeita à resposta social, Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, constata-se através do próximo quadro que o número de equipamentos é manifestamente insuficiente face às necessidades da população do concelho, pois todas as Instituições apresentam lista de espera para vagas em acordo de cooperação com a Segurança Social, e que as vagas não comparticipadas também estão preenchidas na sua quase ⁷totalidade.

Tabela 37. Estrutura Residencial para Idosos (ERPI)⁸

⁶ Acolhimento diurno de adultos com mais de sessenta e cinco anos, de ambos os sexos, disponibilizando cuidados, alimentação e atividades lúdicas

⁷ Integração de adultos com mais de sessenta e cinco anos que, por ordem socioeconómica ou por ausência/indisponibilidade de suporte familiar, necessitam de estar integrados em equipamento social adequado.

⁸ Integração de adultos com mais de sessenta e cinco anos que, por ordem socioeconómica ou por ausência/indisponibilidade de suporte familiar, necessitam de estar integrados em equipamento social adequado.

Instituição		Capacidade	Utentes	Vagas	Lista de Espera
Centro Paroquial de Paderne (Paderne)	c/ acordo de coop.	39	39	0	Sim
	S/ acordo de coop.	1	0	1	Não
Centro Paroquial de Paderne (Albufeira)	c/ acordo de coop.	15	15	0	Sim
	s/acordo de coop.	4	4	0	Sim
Fundação António Silva Leal	c/ acordo de coop.	36	36	0	Sim
	S/ acordo de coop.	9	9	0	Sim
SCMA - O Roseiral	c/ acordo de coop.	60	60	60	Sim
	S/ acordo de coop.	0	0	0	n.a.
Casa de Repouso da Nossa Senhora da Guia	c/ acordo de coop.			n.a.	
	S/ acordo de coop.	35	33	2	Não

No que respeita à resposta social Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) verifica-se uma cobertura adequada às necessidades da população idosa, contudo têm sido identificadas necessidades de alargamento desta resposta para uma população cada vez mais jovem com problemas de dependência e demências associadas. Outros constrangimentos têm sido sinalizados no que respeita às condições de habitação de alguns utentes, necessitando de pequenas intervenções, forçando-nos a repensar a metodologia da intervenção neste tipo de resposta social.

Tabela 38. Serviço de Apoio Domiciliário - SAD⁹

Instituição		Capacidade	Utentes	Vagas	Lista de Espera
Centro Paroquial de Paderne	c/ acordo de coop.	30	30	0	Sim
	S/ acordo de coop.	5	1	4	Não
Fundação António Silva Leal	c/ acordo de coop.	30	27	3	Não
	S/ acordo de coop.	-	-	-	-
SCMA - O Roseiral	c/ acordo de coop.	36	36	0	Não
	S/ acordo de coop.	4	0	4	Não

.1.3. Família e Comunidade

Família e Comunidade em Geral

No que respeita a carências de ordem alimentar, as várias respostas no âmbito da ajuda alimentar respondem a necessidades básicas não satisfeitas nas famílias e indivíduos no concelho de Albufeira através de várias iniciativas e entidades no concelho.

⁹ Prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio, a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência, velhice ou outro impedimento, não possam assegurar temporariamente ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades.

A ajuda alimentar responde a necessidades básicas não satisfeitas nas famílias e indivíduos. No concelho de Albufeira não existe lista de espera mas a SCMA apoia famílias para além do protocolo de colaboração.

Tabela 39. Ajuda Alimentar

Instituição	Capacidade	N.º Famílias
C.A.S.A – Centro de Apoio ao Sem-abrigo	60	58
Centro Paroquial de Paderne	-	30
AHSA Albufeira	-	51
SCMA – Gabinete de Inserção Social	37	37
Cruz Vermelha Portuguesa_ Delegação das Ferreiras	-	27
Conferencia São Vicente Paulo Albufeira	-	12
Grupo Jovens Pedro	-	6

Tabela 40. Refeitório/Cantina Social¹⁰

Instituição		Capacidade	Utentes
C.A.S.A – Centro de Apoio ao Sem-abrigo	c/ acordo de coop.	35	57
	s/ acordo de coop.	-	-
Fundação António Silva Leal - Refeitório Social	c/ acordo de coop.	40	40
	s/ acordo de coop.	10	10
Fundação António Silva Leal – Cantina Social	c/ acordo de coop.	75	75
	s/ acordo de coop.	-	-
SCMA – Cantina Social	c/ acordo de coop.	100+65	100+65
	s/ acordo de coop.	-	-

¹⁰ : Fornecimento de refeições a famílias/indivíduos economicamente desfavorecidos, residentes no Concelho de Albufeira. Os números apresentados, correspondem o número de indivíduos que beneficiaram deste apoio durante o mês de dezembro 2016

Tabela 41. Atendimento/Acompanhamento Social e Intervenção Social¹¹

Instituição	N.º Processos p/ mês											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
AHSA – Protocolo de RSI*	161	161	169	165	160	157	155	149	144	141	138	134
APEXA - Gabinete de Intervenção social	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17
Fundação António Silva Leal**	34	31	42	43	29	38	26	20	29	31	33	30
SCMA	59	59	59	59	59	59	59	59	59	59	59	59
CMA - GAF (Gabinete da Família) – acompanhamento psicológico	22	19	21	13	21	23	25	20	20	24	27	23
CMA - GAF (Gabinete da Família) – Intervenção Social	16	15	15	15	17	18	18	18	17	22	21	23
CMA – Gabinete de Apoio ao Emigrante	6	30	33	52	107	106	94	81	120	116	145	97

*A AHSA, tem um protocolo de Rendimento Social de Inserção, que intervém em todo o concelho de Albufeira, para acompanhamento de 150 agregados familiares.

**A FASL tem um protocolo de Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social com o Centro Distrital de Segurança Social do Algarve.

Respostas complementares na área do atendimento/accompanhamento social e intervenção social

A Divisão de Educação e Ação Social do Município, tem como resposta nesta área uma equipa multidisciplinar. Esta equipa realiza atendimentos de 1.º linha, e faz encaminhamentos nas mais diversas situações. No decorrer do ano 2016 prestaram este tipo de apoio a 216 agregados.

Para além da resposta no âmbito das consultas de vigilância da saúde a USF e a UCSP podem oferecer aos seus utentes, entre outras, uma consulta cessão tabágica; consulta nutrição; curso para o Nascimento e Parentalidade e Fisioterapia em diferentes vertentes.

Pessoas Vítimas/Situação Vulnerável

A APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, tem como missão apoiar as vítimas de crime, suas famílias e amigos, prestando-lhes serviços de qualidade, gratuitos e confidenciais e contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas, sociais e privadas centradas no estatuto da vítima. No Gabinete de Apoio à Vítima, no concelho de Albufeira, durante o ano 2016 foram constituídos 244 processos e efectuados 1224 atendimentos.

O acolhimento para Vítimas (Violência Doméstica/Tráfico e outras) não é uma resposta vocacionada para utentes do concelho mas enriquece tecnicamente o concelho e apresenta a inovação do acolhimento a casos do tráfico, sendo dos poucos concelhos a deter esta resposta.

¹¹ Atendimento para informação, acompanhamento, encaminhamento de indivíduos/famílias residentes no concelho de Albufeira, que se encontram numa situação de fragilidade social. Os números que se apresentam correspondem ao ano civil 2016

Acolher e apoiar mulheres vítimas de maus tratos, na sua autonomização, redefinição do seu papel na família e na sociedade, assim como ajuda na aquisição de suporte emocional, psicológico, pedagógico e social.

Ainda, nesta área a Câmara Municipal de Albufeira dispõe de alojamento temporário. O alojamento temporário da habitação social municipal, destina-se a agregados familiares, quer por razões imprevistas, urgentes e temporárias tenham ficado desalojadas, cuja ocupação/permanência não deverá ser superior a um mês.

Tabela 42. Acolhimento/Casa de Emergência

Instituição	N.º Apartamentos	Tipologia	Ocupação	Lista de Espera
Município de Albufeira	2	T1	0	n.a.

Respostas na Área da Empregabilidade/Formação/Qualificação

Albufeira detém algumas respostas sociais inovadoras e pouco frequentes na área da empregabilidade que poderão ser expandidas e reforçadas. São um recurso fundamental para, complementando com a empregabilidade das famílias e indivíduos, a intervenção realizada a montante e que poderá, desta forma, constituir um verdadeiro percurso de plena inclusão social.

1. Balcão de Atendimento Permanente do IEFPP pertencente ao Centro de Emprego de Loulé, localizado na Quinta da Palmeira, que visa promover a criação e a qualidade do emprego e combater o desemprego no concelho de Albufeira, por meio de políticas ativas de emprego, nomeadamente de formação profissional, qualificação e certificação profissional, ajustamento direto entre a oferta e a procura de emprego e de reabilitação profissional das pessoas com deficiência.
2. SCMA - Gabinete de Inserção profissional - Espaço Em Contacto, Albufeira com objetivo de prestar apoio a jovens e adultos desempregados no seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho.
3. CMA - Gabinete de Inserção profissional – nos espaços da autarquia, com objetivo de prestar apoio a jovens e adultos desempregados no seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho.
4. CMA - O AGE – Gabinete de Empreendedorismo de Albufeira visa a promoção do desenvolvimento económico do concelho e do seu tecido empresarial através de atuações concretas em prol da competitividade, do empreendedorismo, do apoio ao investidor e da empregabilidade.

5. ASMAL- Gabinete de Inserção Profissional Inclusivo- destinado a apoiar a inserção de pessoas com deficiência e incapacidade, promovido pela ASMAL.
6. DOINA-Gabinete de Inserção Profissional Imigrante – destinado a apoiar a inserção profissional de imigrantes, promovido pela DOINA - Associação de Imigrantes Romenos e Moldavos do Algarve.
7. Centro de Recursos local da SCMA que permite alargar as intervenções técnicas de apoio às pessoas com deficiência, nomeadamente na Informação, Avaliação, Orientação para a Qualificação e o Emprego, no apoio à empregabilidade e na atribuição de ajudas técnicas;
8. Unidade de Reabilitação Profissional da SCMA - projeto de continuidade, ao nível da formação profissional inicial para pessoas com deficiência ou incapacidades, que visa facilitar a inserção laboral, proporcionando a aquisição de um conjunto de competências práticas, técnicas, pessoais e relacionais exigidas para o exercício de uma atividade profissional e para a obtenção da Certificação escolar.
9. Centro de Formação Espaço Bússola - Área Formativa - Entidade Certificada pela DGERT em 14 áreas formativas, a certificação setorial para a realização de cursos de Aprendizagem (certificação IEFP) e de ações de Distribuição, Comercialização e Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos (certificação pelo Ministério da Agricultura e do Mar).
10. Centro de Formação Profissional do Setor Alimentar-CFPSA que promove a realização de ações de formação, habilitando os profissionais para o desempenho das múltiplas atividades que integram o Sector Alimentar.
11. Escola profissional Agostinho Roseta que disponibiliza cursos profissionais em linha com as necessidades do mercado de trabalho da região.

3.2. Plano de Formação Institucional

Áreas prioritárias de formação no concelho de Albufeira

1. Suporte básico e avançado de vida
2. Formação em acessibilidades/mobilidade
3. Formação técnica e científica nas áreas das demências
4. Formação em intervenções sistémicas
5. Formação em organização do ambiente institucional adaptado a pessoas com demência
6. Requalificação de técnicos com funções de liderança nas Respostas Sociais
7. Qualificação nas áreas de gestão para melhoramento de estratégias de sustentabilidade

Formação em áreas específicas

Área Sénior

Formação de agentes de ação direta – Competências profissionais e pessoais. Melhoria do modo de ação com os utentes e garantido a adequabilidade do serviço prestado ao perfil dos utentes.

Área de Infância e Juventude

LIJ – Supervisão de ação de ajudantes de ação direta e técnicos

Creches e Jardins de Infância – Atualização de conhecimentos dos profissionais há mais tempo em funções – Novos métodos de ação (Educadores e agentes de ação direta); NEE (Educadores e Agentes de Ação Direta).

Área da Deficiência

Qualificação recursos humanos / colaboradores para lidar com a população com deficiência

Nota: Alguns recursos técnicos lacunares na rede de respostas e serviços de Albufeira que pressupõem competências específicas mas que não se obterão através da formação mas sim em projetos de concertação interinstitucional, candidatáveis ou outros.

Necessidade de Recursos Técnicos Complementares

1. Área de reabilitação
2. Terapeuta ocupacional/fisioterapeuta
3. Psicologia
4. Médico de clinica geral

3.3. *Sustentabilidade Financeira*

A sustentabilidade financeira é um dos desafios estratégicos com as IPSS's e as organizações da economia social em geral, se confrontam atualmente. O ambiente económico de restrição financeira, associado às dificuldades das famílias na manutenção dos seus compromissos e simultaneamente os crescentes custos da exigência social e institucional de maior qualidade e profissionalismo criam um quadro económico e financeiro muito exigente para estas instituições.

Ativar a dimensão empreendedora da economia social é uma necessidade crescente mas também uma oportunidade de criar um quadro de maior autonomia de gestão e de especialização em novos campos em que o setor social poderá ser muito competitivo.

No concelho de Albufeira existe já no terreno um conjunto de iniciativas empreendedoras de grande potencial:

Propostas de criação de incentivos ao empreendedorismo social na rede de instituições:

1. Reforço das atividades de empreendedorismo social;
2. Reforço do incentivo à empregabilidade com estágios de sensibilização regulares;
3. Criação da Loja Social;
4. Campanhas de Marketing Social;
5. Criação de incubadoras sociais, em que os serviços sejam gratuitos para casos sociais encaminhados por IPSS, nos restantes serviços prestados à comunidade uma percentagem reverter a favor da Instituição;
6. Criação de serviços nas áreas ligadas à saúde, nomeadamente, saúde dentária e reabilitação motora.

3.4. Mapeamento das Respostas Prioritárias em Albufeira

Independentemente da pertinência da criação de novas respostas ou novos lugares nas respostas sociais abaixo indicadas, do âmbito da Segurança Social, a celebração de acordo de Cooperação ficará condicionada à dotação orçamental anualmente aprovada, bem como as prioridades definidas, tendo por base, por um lado, a utilização eficiente dos serviços e dos equipamentos sociais, a eliminação de sobreposições e, por outro, as lacunas de atuação e assimetrias na disposição geográfica dos recursos envolvidos.

Mais se informa que, de acordo com o Mapeamento dos Investimentos em Infraestruturas Sociais elaborado pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, de acordo com a deliberação relativa às “Intervenções condicionadas a Mapeamento” da CIC Portugal 2020, de 26 de março de 2015, o concelho de Albufeira não se encontra priorizado na resposta social Creche e encontra-se priorizado com prioridade 1, nas respostas sociais destinadas às pessoas idosas., sendo que para a resposta social ERPI se encontra na prioridade 2. É, igualmente, de referir que distrito de Faro apresenta a segunda taxa de cobertura mais baixa do Continente, nas respostas sociais destinadas às pessoas com deficiência e incapacidade.

As prioridades identificadas e propostas do número das Respostas Sociais em Albufeira, são as seguintes:

Tabela 43. Alargamento de Respostas

Entidades com interesse no alargamento das respostas existentes	Áreas Prioritárias de Alargamento
APAV	– Centro de Apoio a Idosos Vítimas de Crime
AHSA	– Nº de utentes em acordo no Centro de Dia
APEXA	– Projeto do Desporto Adaptado - população com deficiência – Pescador de Sonhos - destinado a jovens em situação de abandono e absentismo escolar
SCMA	– Área da deficiência; – Área da Infância e Juventude; – Área Sénior; – Família e Comunidade;
FASL	– 50% - ERPI – 50% - Lar Residencial para pessoas com deficiência

3.4.1. Reforço e Complemento da Rede de Respostas Existente

As propostas identificadas de consolidação e criação de respostas sociais em Albufeira são as seguintes:

Tabela 44. Área dos Idosos

Respostas a criar	Entidades
Reforço das vagas de emergência para idosos, nas ERPI's existentes	Município; Instituto Segurança Social I.P. ARS I.P. I.P.S.S.
Reforçar as respostas	
Requalificação das ERPI na área das demências e doenças neuro-degenerativas	
Requalificação funcional e estrutural das ERPI	
Reforço da rede de cuidados integrados	

Tabela 45. Área da Deficiência

Respostas a criar	Entidades
Reforço de vagas em Lar Residencial	Município; Instituto Segurança Social I.P. ARS I.P. I.P.S.S. IEFP I.P.
Criação de Centro de Atividades Ocupacionais (CAO)	
Reforço de Programas de férias	
ATL	
Criação Centro de Emprego Protegido	

Tabela 46. Área da Infância e Juventude

Respostas a criar	Entidades
Apartamento (s) de autonomização	Município; Instituto Segurança Social I.P. ARS I.P. I.P.S.S. CPCJ
Requalificação das Casas de acolhimento existentes.*	

* Requalificação adequada às reais necessidades supraconcelhias como uma resposta especializadas no âmbito do acolhimento institucionalizado para a infância e juventude com problemática da saúde mental.

Tabela 47. Área da Saúde Mental e Dependências

Respostas a criar	Entidades
Reforço no Fórum Ocupacional em Albufeira	Município; Instituto Segurança Social I.P. ARS I.P.
Centro de Reabilitação para Reinserção Profissional	I.P.S.S. IEFP I.P.

Tabela 48. Áreas/Projetos Inovadores

Respostas a criar	Entidades
Comunidade de inserção	Município;
Centro de Acolhimento de Emergência ou Temporário	Instituto Segurança Social I.P. ARS I.P. I.P.S.S.
Serviço /estrutura de intervenção restaurativa	IEFP I.P.
Serviço de Mediação de Conflitos	
Reforço da intervenção especialidade no âmbito do Envelhecimento Ativo	
Empregabilidade de pessoas com deficiência	
Apoio Domiciliário Especializado e Multidisciplinar - Bolsa de cuidadores no domicílio/acompanhamento noturno	
Gabinete de apoio ao cuidador	
Projeto de promoção de proteção ao idoso	
Apartamentos de autonomização para vítimas de Violência doméstica	

3.5. *Projetos Estrela*

A carta de equipamentos propõe os Projetos Estrela como projetos referência local e regional da ação inovadora e transferível nas áreas prioritárias de intervenção. A concretização da estratégia de Albufeira, concelho de inovação e caso de referência de boas práticas sociais, baseia-se, em parte, na possibilidade de concretização de projetos que materializem essa mesma estratégia.

Os Projetos Estrela identificados são os seguintes:

- 1. Projeto Integrado de intervenção nas Doenças Neuro Degenerativas**
- 2. Equipa de respostas integradas**
- 3. Grupo de trabalho especializado na infância e juventude**
- 4. Apoio Domiciliário especializado na área da Saúde Mental**
- 5. Centro de Alojamento Temporário**
- 6. Projeto Integrado na Deficiência em Albufeira- CAO/Lar Residencial/Empregabilidade e SAD para a Deficiência**

3.5.1. Bolsa de Projetos da Carta de Equipamentos e Respostas sociais de Albufeira

Tabela 49. Projeto 1 - Projeto Integrado de Intervenção nas Doenças Neuro degenerativas

Designação do Projeto	Projeto Integrado de intervenção nas doenças neuro degenerativas	
Lógica de intervenção	As doenças neuro degenerativas são uma problemática prioritária, com múltiplas dimensões associadas: as especificamente clínicas que implicam a mobilização de recursos especializados na área da saúde; as que se associam à institucionalização, as que estão relacionadas com o apoio domiciliário e as que decorrem da prevenção e diagnóstico precoce. Esta problemática é muito significativa em Albufeira, como no resto da região e do país, pelos desafios de reconversão institucional que coloca na inovação metodológica, na abordagem social e no desenho de respostas inovadoras	
Objetivo Estratégico	Em 2021 o concelho de Albufeira é um concelho de boas práticas na intervenção nas doenças neuro degenerativas	
Objetivos Específicos	A partir de 2018 está implementada uma rede de respostas inovadoras de intervenção nas doenças neuro degenerativas	
Componentes Chave da Intervenção – Ações-tipo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Montagem técnico-institucional 2. Criação de apoio domiciliário integrado com a saúde para acompanhamento especializado nas doenças neuro degenerativas 3. Criação de um programa integrado de qualificação das respostas sociais de intervenção nas neuro degenerativas 4. Implementação de um programa de formação ação especializado nas doenças neuro degenerativas para as instituições e técnicos do concelho 5. Criação de um programa concelhio de prevenção e deteção de sintomas de doenças neuro degenerativas na população em geral 6. Criação de um centro de competência técnica sobre doenças neuro degenerativas integrado no Grupo concelhio de Trabalho nos Idosos 7. Avaliação do projeto 	
Grupo-alvo (beneficiários)	População residente no concelho de Albufeira Idosos institucionalizados Séniore do concelho Técnicos e dirigentes das instituições	
Promoção e Governança	Entidade Promotora	CMA
	Entidades Parceiras	Instituições da rede social de Albufeira
Horizonte temporal	Data de Inicio	Data de Término
	2017	2021
Avaliação de Impacto (Indicadores)	Avaliação clínica da saúde e bem-estar dos idosos institucionalizados Deteção precoce das doenças neuro degenerativas e melhoria do prognóstico Melhoria do bem-estar e saúde dos cuidadores Cobertura de intervenção clínica no concelho com a garantia de cuidados a doentes no domicílio	
Resultados Esperados	Capacitação e especialização dos técnicos e instituições de Albufeira Sistematização de boas práticas de ação e intervenção	
Recursos a mobilizar (linhas de financiamento)	CRESC Algarve 2020 Programas nacionais e comunitários e financiamento	

Tabela 50. Ficha de Ações do Projeto

Projeto – Ficha de Ações			
Ações	Designação	Descritivo	Entidade promotora
1	Montagem técnico-institucional do projeto	Organização da equipa, captação de recursos e planeamento	CMA
2	Criação de apoio domiciliário integrado com a saúde para acompanhamento especializado nas doenças neuro degenerativas	Mobilização da rede de recursos locais e contratualização com a saúde	CMA / Grupo de trabalho com os idosos Rede Social /
3	Criação de um programa integrado de qualificação das respostas sociais de intervenção nas neuro degenerativas	Preparação de candidatura a financiamento e definição do caderno de encargos	Universidade do Algarve CMA ACES Central
4	Implementação de um programa de formação ação especializado nas doenças neuro degenerativas para as instituições e técnicos do concelho	Candidatura a financiamento no quando comunitário (CRESC Algarve 2020)	Rede Social - Grupo de trabalho nos idosos
5	Criação de um programa concelhio de prevenção e deteção de sintomas de doenças neuro degenerativas na população em geral	Coordenação com os programas de saúde comunitária do ACES Central	CMA /
6	Criação de um centro de competência técnica sobre doenças neuro degenerativas integrado no Grupo concelhio de Trabalho nos Idosos	Realização de eventos de formação e qualificação técnica	Universidade do Algarve
7	Monitorização e avaliação	Acompanhamento e assessoria técnica ao projeto	Universidade do Algarve

Tabela 51. Projeto 2 - Projeto Equipa de Respostas Integradas

Designação do Projeto	Equipa de respostas integradas	
Lógica de intervenção	Criação de uma equipa técnica multidisciplinar, para trabalhar o individuo/família como um todo: as competências psicossociais, profissionais e outras. Coordenando o trabalho das instituições locais, evitando as contradições e sobreposições e criando uma lógica e uma estratégia de intervenção comuns	
Objetivo Estratégico	Em 2021 a intervenção sócio familiar em Albufeira é coordenada em equipa interinstitucional	
Objetivos Específicos	Em 2018 está implementada a equipa técnica multidisciplinar de intervenção concelhia	
Componentes Chave da Intervenção – Ações-tipo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Montagem técnico-institucional 2. Definição e produção do guião de implementação da metodologia de intervenção coordenada em equipa 3. Contratualização da equipa técnica multidisciplinar 4. Auto avaliação do projeto 	
Grupo-alvo (beneficiários)	Famílias e indivíduos alvo de intervenção social Técnicos das instituições com intervenção sócio familiar	
Promoção e Governação	Entidade Promotora	Instituições do núcleo executivo da rede social
	Entidades Parceiras	Instituições parceiras da rede social com intervenção sócio familiar
Horizonte temporal	Data de Inicio 2017	Data de Término 2021
Avaliação de Impacto (Indicadores)	Resolução das problemáticas sociais / implementação de planos coordenados de intervenção Capacitação e qualificação da intervenção concelhia	
Resultados Esperados	Aumento de eficácia da intervenção sócio familiar	
Recursos a mobilizar (linhas de financiamento)	CRESC Algarve 2020 Programas nacionais e comunitários e financiamento	

Tabela 52. Ficha de Ações do Projeto

Projeto – Ficha de Ações			
Ações	Designação	Descritivo	Entidade promotora
1	Montagem técnico-institucional do projeto	Organização da equipa, captação de recursos e planeamento	Instituições do núcleo executivo da rede social
2	Definição e produção do guião de implementação da metodologia de intervenção coordenada em equipa	Preparação de candidatura a financiamento e definição do caderno de encargos	Instituições do núcleo executivo da rede social
3	Contratualização da equipa técnica multidisciplinar	Realização de convite e aprovação no CLASA	CMA
4	Autoavaliação	Utilização de guiões de autoavaliação ou desenvolvimento de modelo próprio a incorporar nos processos	Instituições contratualizadas / Segurança Social

Tabela 53. Projeto 3 - Grupo de Trabalho Especializado na Infância e Juventude

Designação do Projeto	Grupo de trabalho especializado na infância e juventude	
Lógica de intervenção	A problemática da infância e juventude está representada por instituições com intervenção no concelho de Albufeira que desenvolvem ações inovadoras e qualificadas mas cuja eficácia está condicionada pela capacidade coordenação, planeamento em comum e utilização de estratégias partilhadas. A qualificação e produção de conhecimento em rede é cada vez mais apoiada em processos de aprendizagem e reflexão inter pares, sendo esta a metodologia aconselhada nas redes institucionais. Por outro lado, a dinâmica concelhia na intervenção na infância e na juventude obriga à coordenação e complementaridade na ação. A criação de um grupo de trabalho especializado seria uma ferramenta essencial para o aumento global da eficiência coletiva em Albufeira, neste domínio	
Objetivo Estratégico	Em 2021 as estratégias implementadas pelo grupo de trabalho especializado de Albufeira é considerado um case study na intervenção na infância e juventude	
Objetivos Específicos	Em 2017 são definidas, em Albufeira, estratégias temáticas coordenadas para a infância e juventude	
Componentes Chave da Intervenção – Ações-tipo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Montagem técnico-institucional 2. Criação e implementação do grupo de trabalho especializado 3. Contratualização anual em CLASA das estratégias e ações definidas 4. Avaliação do projeto 	
Grupo-alvo (beneficiários)	Famílias, crianças e jovens de Albufeira Técnicos e instituições do concelho de Albufeira	
Promoção e Governação	Entidade Promotora	Instituições do núcleo executivo com intervenção na área da infância e juventude
	Entidades Parceiras	Rede Social/Associação de Pais/Associações Desportivas, culturais e Recreativas
Horizonte temporal	Data de Início 2018	Data de Término 2021
Avaliação de Impacto (Indicadores)	Recursos para a inclusão social otimizada na infância e juventude Capacitação técnica da intervenção concelhia e das instituições	
Resultados Esperados	Intervenção inovadora na área da infância e juventude Eficiência institucional na intervenção nesta temática Especialização e conhecimento de referência em Albufeira	
Recursos a mobilizar (linhas de financiamento)	CRESC Algarve 2020 Programas nacionais e comunitários e financiamento	

Tabela 54. Ficha de Ações do Projeto

Projeto – Ficha de Ações			
Ações	Designação	Descritivo	Entidade promotora
1	Montagem técnico-institucional do projeto	Organização da equipa, captação de recursos e planeamento	CMA
2	Criação e implementação do grupo de trabalho especializado	Preparação de candidatura a financiamento e definição do caderno de encargos	CMA / Núcleo executivo
3	Contratualização anual em CLASA das estratégias e ações definidas		Rede Social
4	Monitorização e avaliação	Acompanhamento e assessoria técnica ao projeto	Universidade do Algarve

Tabela 55. Projeto 4 - Apoio Domiciliário especializado na área da Saúde Mental

Designação do Projeto	Apoio Domiciliário especializado na área da Saúde Mental	
Lógica de intervenção	<p>A saúde mental é considerada uma prioridade nacional e regional no mapeamento de necessidades, com especial destaque para o Algarve pela carência de respostas e serviços.</p> <p>Esta problemática é, também, considerada da máxima prioridade em Albufeira, com destaque para o acompanhamento através do suporte clínico e terapêutico dos casos no contexto familiar ou domiciliário. Esta tipologia de necessidade é especialmente relevante pelo facto de que se encontram aí muitos casos que deveriam ser enquadrados por respostas formais caso existissem ou pela carência do controlo clínico com as consequências de descompensação ou de situações agudas sem acompanhamento. Verifica-se a necessidade de responder com a necessária especialização profissional através da intervenção no espaço natural de vida (domicílio ou outro), num sistema integrado nas respostas existentes e flexível no seu dimensionamento técnico.</p>	
Objetivo Estratégico	Em 2021 o concelho de Albufeira é um concelho de práticas na intervenção na saúde mental em rede institucional integrada	
Objetivos Específicos	A partir de 2017 está implementada uma rede de respostas inovadoras de intervenção na área da saúde mental	
Componentes Chave da Intervenção – Ações-tipo	<ol style="list-style-type: none"> 1 Montagem técnico-institucional 2 Criação de um serviço de apoio domiciliário integrado com a área da saúde para o acompanhamento especializado na área da saúde mental 3 Criação de uma equipa multidisciplinar de intervenção domiciliária articulada com o SAD e os programas terapêuticos locais promovidos pela saúde 4 Implementação de um programa de formação ação especializado na saúde mental para as instituições e técnicos do concelho 5 Criação de uma equipa integrada de acompanhamento das situações de saúde mental, neuro degenerativas e outras em espaço domiciliário com a participação do ACES , autarquia e instituições com intervenção nesta problemática. 6 Criação de mecanismos de articulação entre a intervenção no domicílio na área da saúde mental e as instituições de intervenção na área social de molde a criara um intervenção psico social integrada. 7 Avaliação do projeto 	
Grupo-alvo (beneficiários)	<p>População referenciada na área da saúde mental, residente no concelho de Albufeira</p> <p>População referenciada pela saúde, em situação pós internamento no concelho de Albufeira</p> <p>Técnicos e dirigentes das instituições</p>	
Promoção e Governação	Entidade Promotora	CMA
Horizonte temporal	Entidades Parceiras	Instituições da rede social de Albufeira
Avaliação de Impacto (Indicadores)	Data de Início	Data de Término
Resultados Esperados	<p>2017</p> <p>2021</p> <p>Avaliação clínica da saúde mental e psíquica e bem-estar social dos casos acompanhados</p> <p>Eficácia clínica e terapêutica nos casos acompanhados e nos índices de saúde mental no concelho</p> <p>Melhoria do bem-estar e saúde dos cuidadores</p> <p>Cobertura de intervenção clínica no concelho com a garantia de cuidados aos doentes no domicílio</p> <p>Controlo dos episódios agudos e descompensação com diminuição do risco e aumento da segurança na comunidade</p>	

	Redução da intervenção na crise potenciação dos recursos terapêuticos para a inclusão social e estabilização terapêutica dos casos acompanhados Capacitação e especialização dos técnicos e instituições de Albufeira Sistematização de boas práticas de ação e intervenção na área da saúde mental CRESC Algarve 2020 Programas nacionais e comunitários e financiamento
Recursos a mobilizar (linhas de financiamento)	

Tabela 56. Ficha de Ações do Projeto

Projeto – Ficha de Ações			
Ações	Designação	Descritivo	Entidade promotora
1	Montagem técnico-institucional do projeto	Organização da equipa, captação de recursos e planeamento	CMA
2	Criação de apoio domiciliário integrado com a saúde para acompanhamento especializado na saúde mental	Mobilização da rede de recursos locais e contratualização coma saúde	CMA / Grupo de trabalho a criar na área da saúde mental
3	Criação de uma equipa integrada e qualificada de intervenção na saúde mental em espaço natural de vida (domicílio e outros)	Preparação de candidatura a financiamento e definição do caderno de encargos	Rede Social / Universidade do Algarve
4	Implementação de um programa de formação ação especializado na saúde mental para as instituições e técnicos do concelho	Candidatura a financiamento no quando comunitário (CRESC Algarve 2020)	CMA ACES Central Rede Social - Grupo de trabalho na área da saúde mental
5	Criação de um programa concelhio de integração na prevenção e deteção de sintomas e acompanhamento domiciliário dos casos de saúde mental, em articulação com as respostas sociais e de saúde existentes no concelho	Coordenação com os programas de saúde comunitária do ACES Central	CMA /
6	Criação de uma equipa concelhia especializada na área da saúde mental em articulação com a autarquia, ACES e instituições.	Realização de eventos de formação e qualificação técnica	Universidade do Algarve
7	Monitorização e avaliação	Acompanhamento e assessoria técnica ao projeto	Universidade do Algarve

Tabela 57. Projeto 5 - Centro de Alojamento Temporário - CAT

Designação do Projeto	Centro de Alojamento Temporário - CAT
Lógica de intervenção	<p>A temática da emergência social e da população sem-abrigo assume características específicas decorrentes da influência da atividade turística, dominante na região algarvia. As principais características desta problemática estão associadas à mobilidade e nomadismo de um número elevado de pessoas, os “passantes” ligados aos fluxos turísticos mas que não possuem quaisquer suportes ou laços sociais e se encontram sem recursos em situação de grande vulnerabilidade. A presença de um elevado número de população migrante acresce também o risco de isolamento social pela ausência de suporte familiar e precariedade laboral que perante uma crise eventual, facilmente se transformam em situações de emergência social.</p> <p>Existe uma população em situação de grande vulnerabilidade social e em situação declarada de sem-abrigo que está em situação de isolamento e risco social decorrente também de problemáticas associadas na área da saúde mental, rutura familiar e</p> <p>Esta problemática é considerada de prioridade máxima em Albufeira, pela relevância humana social e económica que assume num concelho que privilegia o acolhimento, coesão social e segurança.</p> <p>A necessidade de responder com a necessária resposta social o “Centro de Alojamento Temporário” fundamenta-se com as características de flexibilidade, transitoriedade e orientação para percursos de inclusão social ativa dos utentes.</p> <p>O conceito desta resposta social traduz-se no “acolhimento, por um período de tempo limitado, de pessoas adultas em situação de carência, tendo em vista o encaminhamento para a resposta social mais adequada”.</p> <p>(Fonte Segurança Social)</p>
Objetivo Estratégico	<p>Em 2021 o concelho de Albufeira está dotado da resposta social “ Centro de Alojamento Temporário” que desenvolve atividades e serviços destinados à promoção e integração social do indivíduo em situação de emergência social</p>
Objetivos Específicos	<p>A partir de 2018 está implementada uma estratégia promotora da inclusão social das pessoas em situação de emergência no concelho de Albufeira proporcionando alojamento temporário, garantindo a satisfação das necessidades básicas de sobrevivência e apoiando na definição do projeto de vida.</p>
Componentes Chave da Intervenção – Ações-tipo	<ol style="list-style-type: none"> 1 Montagem técnico-institucional da resposta social 2 Definição de regulamento de utilização(processos e procedimentos) da resposta pela rede social de Albufeira 3 Criação de uma equipa multidisciplinar e inter institucional de intervenção social integrada articulando os percursos de vida dos utentes da resposta

	social com os recursos de inclusão na comunidade 4 Implementação de um programa de orientação pessoal e projeto de inclusão para a população sem-abrigo 5 Criação de mecanismos de articulação entre a intervenção da área da saúde no âmbito dos serviços e recursos associados à resposta social 6 Avaliação do projeto		
Grupo-alvo (beneficiários)	População sinalizada População referenciada pelas instituições do concelho em situação de carência acentuada e emergência social, nomeadamente: - População flutuante, sem-abrigo e outros grupos em situação de emergência social - Pessoas sem habitação permanente - Pessoas sem suporte social e familiar - Passantes em trânsito no concelho de Albufeira - Pessoas em situação de emergência social, como por exemplo: despejo, destruição da habitação e expulsão por maus tratos, entre outras Técnicos e dirigentes das instituições		
Promoção e Governação	Entidade Promotora	CMA	
	Entidades Parceiras	Instituições da rede social de Albufeira	
Horizonte temporal	Data de Início da candidatura		Data de Término (Instalação da resposta social)
	2017		2021
Avaliação de Impacto (Indicadores)	Avaliação clínica da saúde física, mental e psíquica e bem-estar social dos utentes da resposta social Eficácia do projeto de vida orientador para a inclusão social, familiar e laboral Variação do sentimento de segurança na comunidade Cobertura de intervenção clínica no concelho com a garantia de acompanhamento específico dos utentes Oportunidades de empregabilidade criadas no âmbito da intervenção integrada		
Resultados Esperados	Serviços Prestados no Centro de Alojamento Temporário (CAT), são prestados os seguintes serviços: - Alojamento noturno temporário - Atendimento Social e Psicológico - Alimentação - Higiene pessoal - Lavagem e tratamento de roupa - Apoio na medicação e terapias especializadas (psico terapia entre outras) - Promoção do acesso aos serviços de saúde - Apoio no tratamento de documentação e situação legal dos passantes e em trânsito - Incentivo e apoio na procura de emprego		
Recursos a mobilizar (linhas de financiamento)	CRESC Algarve 2020 Programas nacionais e comunitários e financiamento		

Tabela 58. Ficha de Ações do Projeto

Projeto – Ficha de Ações			
Ações	Designação	Descritivo	Entidade promotora
1	Montagem técnico-institucional do projeto	Organização da equipa, captação de recursos e planeamento da candidatura à resposta social CAT	CMA
2	Criação da resposta social CAT	Mobilização da rede de recursos locais	CMA / Grupo de trabalho dos Sem- Abrigo
3	Criação de uma equipa integrada e qualificada de intervenção social integrada (que articule a rede de instituições e técnicos com intervenção na emergência social)	Preparação de candidatura a financiamento e definição do caderno de encargos	Rede Social Universidade do Algarve ACES Central
4	Implementação de um programa de formação ação especializado na saúde mental para as instituições e técnicos do concelho	Criação de um modelo de intervenção clínico terapêutico e ocupacional para a população utente do CAT	Grupo de Trabalho na Área da Saúde
5	Criação de um programa concelhio de integração social com orientação para a empregabilidade	Coordenação com os programas de saúde comunitária da ARS/ACES Central e IEFP, com os programas ocupacionais a desenvolver	CMA / Rede Social de Albufeira IPSS
6	Criação de um Banco de Recursos (de resposta às necessidades básicas e habitação) de suporte à intervenção na emergência social	Realização de eventos de formação e qualificação técnica	Rede Social de Albufeira
7	Monitorização e avaliação	Acompanhamento e assessoria técnica ao projeto	CMA

Tabela 59. Projeto – Projeto Integrado na Deficiência em Albufeira- CAO/Lar Residencial/Empregabilidade e SAD para a Deficiência

Designação do Projeto	Projeto Integrado na Deficiência em Albufeira- CAO/Lar Residencial /Empregabilidade e SAD para pessoas com deficiência
Lógica de intervenção	<p>Na área da deficiência, concelho de Albufeira apresenta, ainda, algumas lacunas, em termos de respostas sociais e integração da rede existente. No que se refere às respostas tipificadas é identificada a necessidade de um CAO – Centro de atividades ocupacionais e de um Lar Residencial e de um SAD para pessoas com deficiência que responda às listas de espera existentes e à necessidade de sequenciar a rede de respostas evitando que os jovens com deficiência regressem ao domicílio sem retaguarda de apoio após o período de escolaridade obrigatória aos 16/18 anos. Este regresso normalmente acarreta graves consequências sociais no bem estar pessoal e clínico terapêutico pela situação de isolamento social e ausência de cuidados especializados acrescidos de situações de desestruturação familiar associadas à vulnerabilidades das famílias e dos cuidadores.</p> <p>Para as pessoas com deficiência que permanecem no domicílio a desproteção social e técnica poderá ser minimizada com a proximidade de profissionais que respondam às necessidades de estimulação, vigilância clínico/terapêutica mas também que possam ajudar a família na prestação de cuidados e apoiar a conciliação da vida familiar e profissional, normalmente muito afetada nesta situação pela grande exigência de tempo e atenção das pessoas com deficiência.</p> <p>A integração de recursos e potenciação nesta estratégia integrada entre respostas sociais poderá também potenciar os resultados a atingir e a qualificação de Albufeira como concelho de referência neste domínio.</p> <p>Para além das respostas sociais ainda necessárias é prioritária a intervenção integrada na empregabilidade, associadas às referidas respostas. A articulação destas respostas numa estratégia de intervenção para a criação de oportunidades de empregabilidade “à medida” para estes jovens é a grande necessidade que justifica esta proposta de projeto para Albufeira.</p> <p>A definição destas respostas – Lar Residencial - Resposta social desenvolvida em equipamento, destinada a alojar jovens e adultos com deficiência, de ambos os sexos, de idade não inferior a 16 anos, que se encontrem impedidos temporária ou definitivamente de residir no seu meio familiar normal.</p> <p>O Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) é uma resposta social que tem como objetivo fundamental proporcionar condições para um aumento da qualidade de vida de pessoas com Paralisia Cerebral ou Situações Neurológicas afins com mais de 16 anos. Pretende-se que os utentes desta resposta social tenham oportunidades de desenvolvimento pessoal e da sua criatividade e competências em ambiente de bem estar clínico terapêutico, emocional e afetivo. Fonte: SS</p> <p>O Serviço de apoio domiciliário para pessoas com deficiência (SAD) é a resposta social que assegura a prestação de cuidados individualizados e</p>

<p>Objetivo Estratégico</p>	<p>personalizados no domicílio a indivíduos e famílias, que não possam assegurar, temporariamente, ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ou atividades da vida diária.</p> <p>Em 2021 o concelho de Albufeira está dotado das respostas sociais; Centro de Atividades Ocupacionais (CAO); Lar Residencial (LR); e Apoio Domiciliário para a Deficiência (SADD)” numa lógica integrada e sistémica para o desenvolvimento das oportunidades bem estar e realização de capacidades, de inclusão e de empregabilidade das pessoas com deficiência</p>								
<p>Objetivos Específicos</p>	<p>A partir de 2018 está implementada uma estratégia promotora da inclusão social das pessoas portadoras de deficiência no concelho de Albufeira proporcionando oportunidades de inclusão social em articulação com as famílias, com os serviços, com as respostas sociais e com o emprego</p>								
<p>Componentes Chave da Intervenção – Ações-tipo</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1 Montagem técnico-institucional das resposta sociais 2 efinição de regulamento de utilização(processos e procedimentos) da resposta CAO e LR e SADD pela rede social de Albufeira 3 Criação de uma equipa multidisciplinar inter respostas sociais de intervenção articulando os percursos de vida dos utentes das resposta sociais com os recursos técnicos especializados e de inclusão na comunidade com as oportunidades de empregabilidade 4 Criação dos Ateliês de Ocupação sócio profissional para pessoas com deficiência 5 Implementação de um programa de orientação sócio profissional especializado para a pessoa com deficiência 6 Criação de mecanismos de articulação entre a intervenção da área do emprego no âmbito dos serviços e recursos associados às respostas sociais 7 Avaliação do projeto 								
<p>Grupo-alvo (beneficiários)</p>	<p>População referenciada com deficiência, residente no concelho de Albufeira</p> <p>Destinatários: População adulta referenciada pelas instituições do concelho em situação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pessoas com deficiência ou referenciadas com Necessidades Educativas Especiais NEE’s nos agrupamentos escolares de Albufeira que concluem a escolaridade obrigatória - Pessoas com deficiência sem suporte social e familiar - Pessoas com deficiência integradas no meio familiar com vulnerabilidades diversas - Famílias e cuidadores de pessoas com deficiência <p>Beneficiários indiretos - Técnicos e dirigentes das instituições social de Albufeira</p>								
<p>Promoção e Governança Horizonte temporal</p>	<table border="0"> <tr> <td>Entidade Promotora</td> <td>SCMA</td> </tr> <tr> <td>Entidades Parceiras</td> <td>Instituições da rede social de Albufeira</td> </tr> <tr> <td>Data de Início da candidatura</td> <td>Data de Término (Instalação da resposta social)</td> </tr> <tr> <td>2017</td> <td>2020</td> </tr> </table>	Entidade Promotora	SCMA	Entidades Parceiras	Instituições da rede social de Albufeira	Data de Início da candidatura	Data de Término (Instalação da resposta social)	2017	2020
Entidade Promotora	SCMA								
Entidades Parceiras	Instituições da rede social de Albufeira								
Data de Início da candidatura	Data de Término (Instalação da resposta social)								
2017	2020								

Avaliação de Impacto (Indicadores)	<p>Avaliação clínica da saúde física, mental e psíquica e bem-estar social dos utentes das respostas sociais (SADD, LR, CAO)</p> <p>Nível de estimulação e desenvolvimento de capacidades dos utentes das respostas sociais</p> <p>Eficácia da criação de projetos de vida orientadores da inclusão social através da empregabilidade</p> <p>Bem estar e estabilização funcional (conciliação profissional e doméstica) das famílias e cuidadores de pessoas com deficiência</p> <p>Grau de cumprimento dos protocolos de qualidade e caderno de encargos das respostas sociais</p> <p>Oportunidades de empregabilidade criadas no âmbito da intervenção integrada</p>
Resultados Esperados	<p>Serviços Prestados nas respostas sociais:</p> <p>Serviços a prestar no SADD</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cuidados de higiene e conforto pessoal. • Apoio psicossocial. • Manutenção, arrumos e limpeza da habitação estritamente necessária. • Distribuição e acompanhamento de refeições, preparação / distribuição de pequenos-almoços e lanches. • Tratamento de roupas. • Acompanhamento do utente ao exterior (aquisição de serviços, consultas, etc.). • Articulação com serviços de saúde ao nível da prestação de cuidados de saúde. • Acompanhamento em situações de emergência. • Informação dos recursos existentes na comunidade que facilitem o seu bem-estar bio-sócio-psicológico. • Administração de medicação, prescrita pelo médico assistente. • Atividades socioculturais e recreativas. <p>Serviços a prestar no CAO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promoção da qualidade de vida e bem-estar dos utentes, com o correspondente aumento da autoestima e da valorização pessoal e social • Promoção da interação dos utentes com a família e comunidade com o objetivo da integração e participação sociais • Participação em atividades sócio culturais variadas • Proporcionar o acesso a atividades no exterior que promovam a interação com outras instituições e com a comunidade. • Acesso a atividades de desporto, cultura, lazer com o objetivo da manutenção e desenvolvimento de capacidades pessoais. <p>Serviços a prestar no Lar Residencial:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar alojamento às pessoas com deficiência que não disponham de familiares que os possam acolher; • Proporcionar alojamento às pessoas que frequentam estabelecimentos de ensino ou outros programas; • Proporcionar alojamento temporário, com o objetivo de apoiar a família em situações graves e contribuir para a diminuição do “stress” que resulta da vivência permanente daquelas situações (doença de familiares, fins-de-semana, férias e outras); • Proporcionar alojamento a todas as pessoas com deficiência que

optem por uma vida independente dos seus familiares.

- Promover as condições de normalização de vida, bem estar e de integração social, assegurando um apoio no dia a dia de modo a possibilitar um exercício da autonomia possível numa ótica de corresponsabilização;
- Promover a participação nas atividades de vida diária, dentro das capacidades de cada um;
- Promover um ambiente familiar, tão próximo quanto possível do ambiente familiar normal, com condições para que todos tenham uma perspetiva de vida condigna;
- Organizar a frequência, sempre que possível, de Centros de Atividades Ocupacionais, estruturas de formação profissional, de emprego, atividades de lazer, atividades desportivas e outras, no sentido de contribuir para uma normalização de vida e para a aquisição de um equilíbrio físico/psíquico facilitador do estar em sociedade;
- Estimular a participação dos familiares no apoio ao residente, sempre que possível e, desde que este apoio contribua para um maior bem-estar e equilíbrio psicoafectivo da pessoa;
- Proporcionar uma alimentação adequada às necessidades dos utentes cumprindo as prescrições médicas;
- Disponibilizar os serviços domésticos necessários ao regular funcionamento do Lar, nomeadamente à higiene do ambiente, ao serviço de refeições e tratamento de roupas; o apoio na gestão dos seus rendimentos, quando solicitado.

**Recursos a mobilizar
(linhas de
financiamento)**

PROCOOP
CRESC Algarve 2020
Programas nacionais e comunitários e financiamento

Tabela 6o. Ficha de Ações do Projeto

Fichas de Ações			
Ações	Designação	Descritivo	Entidade promotora
1	Montagem técnico-institucional do projeto	Organização da equipa, captação de recursos e planeamento da candidatura à resposta social CAO, SADD, LR	SCMA
2	Criação das respostas sociais – CAT,SADD,LR	Mobilização da rede de recursos locais Preparação de candidatura a financiamento e definição do caderno de encargos	SCMA / Grupo de trabalho a criar com a Rede Social de Albufeira e a promotora da repostas sociais
3	Criação de uma equipa técnica inter respostas sociais na área da deficiência	Criação de um modelo de intervenção clínico terapêutico e ocupacional para os utentes das respostas sociais	Rede Social Universidade do Algarve CMA
4	Protocolo de colaboração com o Centro de Reabilitação Profissional (CRP)e o IEFP na criação de um projeto integrado de empregabilidade para as pessoas com deficiência otimizando recursos disponíveis como terrenos, instalações várias e parcerias com empresas	Criação de atividades sócio profissionais à medida da empregabilidade das pessoas com deficiência	Rede Social IEFP CMA Empresas
5	Criação de um Banco de Recursos Institucionais (de resposta às necessidades das pessoas com deficiência)	Realização de eventos de formação e qualificação técnica	Rede Social de Albufeira
7	Monitorização e avaliação	Acompanhamento e assessoria técnica ao projeto	SCMA / Universidade do Algarve

Anexo 1. Bibliografia

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA REGIÃO ALGARVE | 2012

Lisboa, Instituto Nacional de Estatística (INE)

ALGARVE - PREPARAR O FUTURO - 2014-2020 | 2013

Diagnóstico prospetivo (Versão Aprovada pelo Conselho Regional a 22-3-2013)

Faro, COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE

D3. DOCUMENTO SÍNTESE DO CONTEXTO REGIONAL ATUAL NO APOIO AO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL | 2014

Lisboa, Sociedade Portuguesa de Inovação, Consultoria para a Associação de Municípios do Algarve (AMAL)

RELATÓRIO DA CPCJ DE ALBUFEIRA - ALBUFEIRA, COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS, 2014

DIAGNÓSTICO SOCIAL DE ALBUFEIRA 2013, ALBUFEIRA, REDE SOCIAL 2013

PROGRAMA OPERACIONAL DO ALGARVE - CRESC ALGARVE 2020 | 2014

ESTRATÉGIA DO PROGRAMA OPERACIONAL COM VISTA A CONTRIBUIR PARA A ESTRATÉGIA DA UNIÃO PARA UM CRESCIMENTO INTELIGENTE, SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO E PARA A COESÃO ECONÓMICA, SOCIAL E TERRITORIAL

Lisboa, Gabinete Portugal 2020

Anexo 2. Sessões de Trabalho de Diagnóstico Participado

SESSÃO DE TRABALHO DE 12 E 30 DE OUTUBRO DE 2015 – “TERCEIRA IDADE E DEMÊNCIAS MENTAIS”

Este grupo de trabalho temático – terceira idade e demências mentais, reuniu no dia 12 de outubro, com objetivo de traçar as linhas orientadoras para a elaboração do Plano de desenvolvimento social, nestas temáticas.

Estiveram presentes os seguintes convidados:

Carlos Andrade – *Fundação António Silva Leal*

Mário Brito – *APAV*

1.º Sargento Venâncio – *GNR*

Manuela Lima e Fernando André – *Ação Social do Município de Albufeira*

Sofia Diogo – *Centro Paroquial de Paderne*

SESSÃO DE TRABALHO DE 16 NOVEMBRO DE 2015 – “SAÚDE E SAÚDE MENTAL”

Estiveram presentes os seguintes convidados:

Fátima Cabrita/ Paulo Santos – *Enfermeiro, ACES I Central*

SESSÃO DE TRABALHO DE 30 NOVEMBRO DE 2015 – “EDUCAÇÃO E JUVENTUDE”

José Carlos Rolo – *Vereador do Pelouro da Educação*

Agrupamentos das Escolas do concelho de Albufeira

Olga Fartaria, Angélique Alho – *Agrupamento de Escolas de Albufeira*

Lurdes Serrão, Isabel Jorge, Sandra Gonçalves – *Agrupamento de Escolas Albufeira Poente*

Ana Cristina Jesus, Jacinta Sebastião – *Agrupamento de Escolas de Ferreiras*

Nuno Brito, Ana Paula Brito, Vera Gonçalves – *Escola Profissional Agostinho Roseta*

Ana Pífarro, Dina Galante, Sílvia Lourenço – *Divisão do Desporto e Juventude, e divisão de Educação e Ação Social*

Paula Cunha, José Garcias Fernandes, Cátia Dias, Nuno Balbino, Gabriela Santos, Manuela Oliveira, Maria Nunes, Neusa Malheiro, Ana Santana, Maria Berge, Jorge Fernandes, Luísa Pinto – *Representantes das Associações de Pais do concelho de Albufeira*

Maria José Serra Serra – *FRAPAL*

Anabela Santos – *Gabinete da Família do Município de Albufeira*

Ricardo Neves – *Projeto Escolhas*

Conceição Sousa – *CPCJ*

Felismena Pinto – *Prime Skills*